



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Susana Cristina Campos Carvalho

**Problemas de comportamento na
adolescência: relação com a estrutura
familiar e práticas educativas parentais**

Susana Cristina Campos Carvalho **Problemas de comportamento na adolescência: relação com a estrutura familiar e práticas educativas parentais**

UMinho | 2012

outubro de 2012



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Susana Cristina Campos Carvalho

**Problemas de comportamento na
adolescência: relação com a estrutura
familiar e práticas educativas parentais**

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado em Psicologia
Área de especialização em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Paula Cristina Martins

outubro de 2012

Declaração

Nome: Susana Cristina Campos Carvalho

Endereço eletrónico: susanaccarvalho@hotmail.com

Telefone: 919234409

Número do Cartão do Cidadão: 13363776

Título dissertação de Mestrado:

Problemas de comportamento na adolescência: relação com a estrutura familiar e as práticas educativas parentais

Orientadora:

Professora Doutora Paula Cristina Martins

Ano de conclusão: 2012

Designação do Mestrado:

Mestrado Integrado em Psicologia, Área de Conhecimento em Psicologia da Justiça.

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Antes de partir,
De conhecer novos horizontes,
Novos mares de sabedoria,
De zarpar para inúmeras descobertas,
De conquistar sob o estandarte do conhecimento,
Que me guiará como uma bússola perfeita,
Volto-me para terra
Com um sorriso,
Relembrando rostos, momentos, partilhas...
Antes de içar a âncora,
Olho as amarras,
Que não corto,
Mas recolho com carinho
E digo-lhes
Com olhos que transbordam:
"Obrigada e Bem-vindas!"

António Soares, 2012, manuscrito não publicado.

Problemas de comportamento na adolescência: relação com a estrutura familiar e práticas educativas parentais

Resumo

Os problemas de comportamento assumem na adolescência uma expressão de relevo, especialmente no quadro da visão deficitária e negativa de que este período é objeto. Pesquisas nesta área procuram identificar os fatores de risco e de proteção, sendo que a família ou, mais especificamente, a estrutura familiar e as práticas educativas parentais, podem atuar em ambos os sentidos.

A família assume assim, enquanto contexto social de referência, um papel determinante no desenvolvimento cognitivo e psicossocial dos seus elementos e mesmo na adolescência, em que filhos tendem a procurar uma maior autonomia e distanciamento dos pais, a qualidade desta relação assume grande relevância, estando associada a uma melhor adaptação social dos menores (Guimarães, Hochgraf, Brasileiro & Ingberman, 2009).

Inerente à família, outro aspeto abordado é a estrutura familiar, no âmbito da qual as dimensões em análise no presente estudo, coesão e hierarquia, não tão amplamente investigadas, podem ajudar a explicar a manutenção ou aparecimento destes problemas.

O presente estudo visa analisar, em 60 famílias - trinta das quais com adolescentes tendo processo de promoção e proteção instaurados, sinalizados por comportamentos desadequados, e outras trinta, cujos adolescentes não têm processo de promoção e proteção instaurado - de que forma a estrutura familiar e o comportamento parental se relacionam com os problemas de comportamento nos adolescentes, e averiguar se estes se diferenciam entre os grupos definidos.

Para a prossecução deste objetivo, adotou-se uma metodologia de investigação quantitativa, constatando-se que existem diferentes associações entre a coesão e hierarquia ao nível de algumas das síndromas que fazem parte dos problemas de comportamento internalizante e externalizante. Assim, verificou-se uma associação entre a coesão com a síndrome de queixas somáticas e comportamento agressivo. Quanto à hierarquia, existe uma associação com a síndrome do isolamento, comportamento delinvente e queixas somáticas. Nas práticas educativas inadequadas, constatou-se uma correlação negativa entre as práticas punitivas com a síndrome de isolamento e queixas somáticas; entre as práticas fisicamente abusivas com a síndrome de isolamento e comportamento delinvente; e entre as práticas inadequadas e emocionalmente abusivas com o comportamento delinvente.

Relativamente às diferenças entre os grupos constituintes da amostra, as famílias com adolescentes sem processo de promoção e proteção relataram maiores níveis de coesão e de hierarquia, enquanto as famílias de adolescentes com processo de promoção e proteção instaurados relatam maior recurso às práticas punitivas, fisicamente abusivas e emocionalmente abusivas.

Palavras-chave: Problemas de comportamento, família, estrutura familiar e práticas educativas.

Behavior problems in adolescence: Relationship to family structure and parenting practices

Abstract

Behavioral problems in adolescence assume an expression of relief, especially in the context of vision loss and negative that this period is the object. Research in this area seeks to identify the risk factors and protective, and the family, or more specifically, family structure and parenting practices, can work in both directions.

The family assumes well as the social context of reference, a role in cognitive and psychosocial development of its elements and even in adolescence, when children tend to seek greater autonomy and distancing from parents, the quality of this relationship is of great importance, is associated with better social adjustment of children (Guimarães, Hochgraf, Brasiliano & Ingberman, 2009).

Inherent to the family, another aspect addressed is the family structure, within which the dimensions in analysis the present study, cohesion and hierarchy, not as widely investigated of, may help explain the emergence or maintenance of these problems.

This study aims to analyze, in 60 families - thirty of which are teenagers taking process initiated promotion and protection, indicated by inappropriate behavior, and other thirty, whose teenagers have no protection and promotion process in place - how the family structure and parental behavior related to behavior problems in adolescents, and to investigate whether these differ between groups defined.

To achieve this goal, we adopted a methodology for quantitative research, noting that there are different relationships between cohesion and hierarchy to the level of some of the syndromes that are part of internalizing behavior problems and externalizing. Thus, there is an association between cohesion with the syndrome somatic complaints and aggressive behavior. As for the hierarchy, there is an association with the syndrome of isolation, delinquent behavior and somatic complaints. Inadequate educational practices, there was a negative correlation between the punitive practices with the syndrome of isolation and somatic complaints; practices among physically abusive with the syndrome of isolation and delinquent behavior; and inadequate practices and emotionally abusive to delinquent behavior.

Regarding the differences between the constituents of the sample groups, families with teenagers without protection and promotion process reported higher levels of cohesion and hierarchy, while families of adolescents with process promotion and protection instituted report increased use of punitive practices, physically abusive and emotionally abusive.

Keywords: behavior problems, family, family structure and educational practices

Índice

Introdução.....	8
Enquadramento Teórico	9
1. Problemas de comportamento	9
1.1 Definição de conceitos.....	9
1.2 Modelo médico na definição de problemas de comportamento.....	11
2. A adolescência e a in(compatibilidade) com o desenvolvimento ajustado.....	12
2.1 Abordagem ecológica na explicação das transformações do contexto social dos adolescentes...13	
2.2 Desenvolvimento da disfuncionalidade.....	14
2.2.1 Modelo desenvolvimental do comportamento antissocial.....	15
2.2.2 Evolução da conduta agressiva e comportamento antissocial.....	15
2.3 Prevalência dos problemas de comportamento na adolescência	16
3. A família como plataforma para o desenvolvimento.....	17
3.1 Organização e estrutura familiar.....	17
3.2 Coesão e hierarquia.....	19
3.3 Comunicação na família.....	20
3.3.1 Práticas educativas	21
Conclusão.....	22
Estudo empírico.....	23
1. Justificação do estudo.....	23
1.1 Objetivos.....	23
1.2 Questões de investigação e hipóteses de investigação.....	23
2. Metodologia.....	26
2.1 Participantes.....	26
2.2 Instrumentos.....	28
2.3 Procedimentos.....	30
3. Resultados.....	31
4. Discussão dos resultados.....	37
Considerações gerais.....	41
Referências Bibliográficas.....	43

Índice de figuras e tabelas

Figuras

Figura 1	Estrutura relacional (Gehring & Marti, 1993).....	29
----------	---	----

Tabelas

Tabela 1	Percentagens relativas às síndromas dos problemas de comportamento em função do sexo dos adolescentes e do grupo.....	32
Tabela 2	Análise de frequências e teste Qui Quadrado (χ^2) da coesão, hierarquia e estrutura relacional para os casos clínicos e normais dos problemas de comportamento internalizante e externalizante na perspectiva dos filhos.....	33
Tabela 3	Teste Qui Quadrado (χ^2) da coesão, hierarquia e estrutura relacional para os casos clínicos e normais dos problemas de comportamento internalizante e externalizante na perspectiva dos progenitores.....	34
Tabela 4	Coefficiente de correlação Ponto Bisserial (r_{pb}) entre as práticas inadequadas e os problemas de comportamento.....	35
Tabela 5	Teste diferenças Mann Whitney para os dois grupos na coesão e hierarquia.....	36
Tabela 6	Teste diferenças Mann Whitney para os dois grupos nas práticas educativas inadequadas....	36

Introdução

O presente estudo insere-se no âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia, na área de conhecimento da Psicologia da Justiça, e pretende contribuir para a compreensão da emergência de problemas de comportamento em adolescentes na faixa etária dos 14 aos 18 anos, e as ligações destes com a estrutura familiar e as práticas educativas parentais.

Relativamente à concretização deste estudo, no enquadramento teórico proceder-se-á à definição dos conceitos em torno dos problemas de comportamento, inserindo a perspetiva médica, que aborda o assunto em termos de sintomas, sendo uma fonte de informação acerca das características diagnósticas, bem como auxiliador na interlocução com outros profissionais. Posteriormente será abordada a adolescência e as trajetórias dos adolescentes segundo uma visão ecológica, uma vez que os seus percursos desenvolvimentais e respostas dependem da interação dos adolescentes nos diferentes contextos, como a família e o grupo de pares. Por último, a família, encarada como uma unidade social, cuja função é a socialização dos adolescentes por meio da educação, transmissão de valores e cultura, é descrita como tendo um impacto significativo e uma forte influência no seu comportamento, dado que é com ela que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais (Dessen & Polonia, 2007). Esta será retratada nas dimensões de coesão e hierarquia, que permitem aceder ao funcionamento e estrutura familiar. Isto porque são numerosas as características da família que, tomadas individualmente, se encontram associadas de forma significativa ao aparecimento e ou manutenção de respostas consideradas como problemas de comportamento (Kury & Woessner, 2002).

Outro fator desenvolvido são as práticas educativas, uma vez que têm surgido, em diversos estudos, como importantes determinantes do desenvolvimento e adaptação da criança e jovem (Cruz, 2005, cit. por Soares & Almeida, 2011).

Posteriormente à base conceitual do estudo, será apresentado o estudo empírico, com um referencial de análise quantitativo. De seguida serão apresentados os objetivos e questões de investigação, bem como a descrição da amostra e instrumentos.

O estudo finaliza com a apresentação dos resultados e respetiva discussão, esperando-se que, ao nível das conclusões, seja possível descrever o grau de relação existente entre as variáveis.

Em suma, pode dizer-se que o estudo pretende verificar a existência de uma relação entre a estrutura familiar, as práticas educativas parentais e os problemas de comportamento na adolescência. Sabe-se, contudo, que se no período da adolescência os jovens testam os limites e possibilidades face às figuras parentais e adultos em geral, para a maioria, esta fase culmina numa idade adulta satisfatória e produtiva, e só uma minoria se confrontará com problemas (Papalia, Olds & Feldman, 2001).

Enquadramento teórico

1. Problemas de Comportamento

1.1 Definição de conceitos

De acordo com a revisão da literatura efetuada, a terminologia de problemas de comportamento reveste-se de várias definições, prejudicando a compreensão e análise do comportamento, bem como a intervenção necessária para os sanar ou evitar. É possível ainda encontrar diferentes problemas de comportamento numa mesma categoria, envolvendo dimensões distintas de análise, como descrito no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM IV).

Contudo, existe um consenso generalizado entre os distintos estudiosos que apontam os problemas de comportamento como resultado de um desvio do comportamento social (Bolsoni-Silva & Del Prette, 2003; Pires, 2003), onde se incluem os comportamentos hiperativos, agressivos e impulsivos (Bolsoni-Silva & Del Prette, 2003).

Apesar da ideia generalizada do desvio comportamental na base da definição dos problemas de comportamento, existem várias denominações que são utilizadas com significados semelhantes, tais como: alterações do comportamento (Strecht, 2008), comportamento externalizado (Dessen & Szelbracikowski, 2007; Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini, & Hutz, 2005), comportamento agressivo (Fariz, Mias & Moura, 2005), comportamento desviante (Pacheco, et al., 2005), comportamento delinquente (Farrington, 1995; Peres & Gonçalves, 2006), comportamento antissocial (Patterson, Reid, & Dishion, 1992, cit por Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998), perturbação do comportamento e perturbação de oposição (APA, 2002).

Desta forma, sempre que se fizer referência aos problemas de comportamento pressupõe-se a evocação das características presentes nos conceitos supracitados.

O comportamento agressivo pode caracterizar-se como uma forma predominante de expressão das emoções incompatível com a manifestação de empatia com os outros, apresentando múltiplas configurações. Ele pode ser expresso pela via motora, através de movimentos de ataque ou fuga; pela via emocional, com a experimentação de sentimentos de raiva e ódio; pela via somática, como a apresentação de taquicardia, rosto ruborizado; pela via cognitiva, através de crenças de conquistas sem que importem os meios, planos de ação que envolvem a manipulação do meio; e finalmente, a via verbal, que o indivíduo vai utilizar para expressar controlo em relação aos outros (Fariz, Mias & Moura, 2005).

Quanto ao comportamento antissocial, é descrito como padrão de comportamento caracterizado por: desobediência, oposição, temperamento exaltado, dificuldade no controlo de impulsos, roubos, fugas e agressividade (Pacheco, et al., 2005). Este tem subjacente interações habitualmente caracterizadas pela confrontação e, embora este termo seja utilizado para fazer referência às características comportamentais de várias perturbações mentais (APA, 2002; Patterson *et al.*, 1992, cit por Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998), é muitas vezes aplicado a problemas comportamentais que causam prejuízo no funcionamento social. Assim, as definições operacionais de comportamento antissocial encontradas na literatura (Patterson *et al.*, 1992, cit por Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998; Veirmeiren, 2003) podem ser utilizadas como um ponto de partida para a caracterização da natureza ou

função desse padrão comportamental, definindo-o como um padrão de resposta cuja consequência é maximizar gratificações imediatas e evitar ou neutralizar as exigências do ambiente social.

O comportamento desviante, numa abordagem psicossocial, considera-se como uma violação de normas ou expectativas socialmente definidas. São exemplos de comportamentos desviantes a autoexclusão dos sistemas formais de educação, o vandalismo, o furto e a corrupção que aumentam, conseqüentemente, o risco de desadaptação social (Pacheco, *et al.*, 2005).

Assim, determinadas pessoas resistem ao cumprimento das normas impostas e aceites pelo grupo social, passando a comportar-se como se não estivessem sujeitas a elas. Esta ausência de normas, denominada anomia, tem sido estudada por diversos autores, entre os quais Merton (1968, cit por Crothers, 1994), que considera a desorganização social a principal causa do comportamento desviante.

O comportamento delinquente, por sua vez, reveste-se atualmente de alguma especificidade, embora o termo continue a ser utilizado de forma indistinta e referindo-se a diferentes níveis de interpretação (Peres e Gonçalves, 2006). É assim definido a partir de leis, práticas e crenças relativas à conduta das crianças e dos jovens que apresentam condutas potencialmente desajustadas da realidade psicossocial do grupo etário a que pertencem (Born, 2005).

Em geral, a literatura subdivide os problemas de comportamento em problemas de exteriorização e problemas de interiorização de comportamentos (Fonseca, Rebelo, Ferreira, Formosinho, Pires & Gregório, 2000).

Os problemas de exteriorização compreendem comportamentos pautados por agressividade, hiperatividade, impulsividade, oposição, desafio, delinquência, dificuldade no cumprimento das regras sociais, mentira e atos criminosos, ou seja manifestações comportamentais dirigidas para o exterior.

Por contrapartida, os problemas de internalização estão relacionados com sintomas de depressão, ansiedade, evitamento social e queixas somáticas, envolvendo assim, conflitos com o self.

Quanto à estabilidade destes dois subgrupos de problemas de comportamento, considera-se que os problemas externalizantes tendem a ser mais estáveis que os internalizantes e têm um prognóstico menos favorável, particularmente os pautados por padrões de agressividade, impulsividade e tendências antissociais, que representam as formas mais comuns e persistentes de desajustamento, sendo ainda considerados precursores do distúrbio de conduta na adolescência. Aliás, estes adolescentes podem mesmo vir a sofrer de rejeição pelos companheiros, ter conflitos com a família e com os professores, fracasso escolar, dificuldades ocupacionais, além do risco mais agravado de comportamentos socialmente desviantes (Olson, Bates, Sandy & Lanthier, 2000).

Apesar da ênfase dada aos comportamentos externalizantes, também os problemas internalizantes, tais como timidez, medo e outros défices na interação social, enurese, devem ser igualmente considerados, dada a sua prevalência na adolescência (Pacheco et al., 2005). Segundo Patterson, Dishion e Yoerger (2000), estes comportamentos não são igualmente estudados, por não terem a mesma visibilidade que os problemas externalizados.

A prevalência das perturbações de externalização e internalização é elevada, tal como é demonstrado por Canino, Shrout e Rubio-Stipec (2004). Estes autores avaliaram uma amostra de crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 4 e os 17 anos, utilizando os critérios de diagnóstico do DSM-IV. Os dados obtidos

demonstram uma prevalência de cerca de 16% para perturbações do eixo I, surgindo como mais prevalentes a Perturbação de Oposição e a Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção, nomeadamente nos rapazes. Por outro lado, as raparigas apresentavam um maior número de Perturbações Depressivas e Ansiosas.

Ainda no que se refere à prevalência comparada entre os sexos, segundo a APA (2002), o predomínio dos problemas de comportamento nas crianças e jovens é significativamente maior no sexo masculino (6 a 16%), sendo que no sexo feminino varia entre 2 a 9%.

1.2 Modelo médico na definição dos problemas de comportamento

Segundo a perspetiva médica, os problemas de comportamento são diagnosticados com a utilização de critérios, com base na existência de sintomas, em que a frequência, intensidade e idade de aparecimento de um comportamento são fulcrais para o diagnóstico. A classificação habitualmente utilizada para o diagnóstico das perturbações mentais que surgem na adolescência é segundo o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-IV), da Associação de Psiquiatria Americana (APA), onde serão apenas consideradas as perturbações comportamentais.

Os problemas de comportamento incluem-se numa categoria que se denomina por perturbações disruptivas do comportamento e de défice de atenção que, por sua vez, se subdivide em três categorias: perturbação de hiperatividade com défice de atenção, a perturbação do comportamento, a perturbação de oposição.

A perturbação de hiperatividade com défice de atenção é um padrão persistente de falta de atenção e/ou impulsividade – hiperatividade, com uma intensidade que é mais frequente e grave que o observado habitualmente nos sujeitos com um nível semelhante de desenvolvimento. Parte dos problemas relacionados com os sintomas deve ocorrer, pelo menos, em duas situações (por exemplo casa, escola ou trabalho) (APA, 2002).

A perturbação do comportamento consiste num padrão de comportamento persistente e repetitivo em que são violados os direitos básicos dos outros ou regras sociais. Para a perturbação do comportamento ser diagnosticada têm de estar presentes pelo menos três dos seguintes critérios: agressividade para com pessoas ou animais, destruição de propriedade, falsificação ou roubo e violação grave das regras. Esta perturbação de comportamento tem dois subtipos com base na idade: de início na infância e início na adolescência, podendo apresentar-se de forma ligeira, moderada ou grave.

A perturbação de oposição consiste num padrão recorrente de negativismo, desafiante, desobediência e hostilidade para com as figuras de autoridade, com a duração mínima de seis meses, e que se caracteriza pela ocorrência frequente de pelo menos quatro dos seguintes comportamentos: encolerizar, discutir com adultos, desafiar ou recusar o cumprimento de solicitações ou regras dos adultos, importunar deliberadamente outras pessoas, responsabilizar outras pessoas pelos seus próprios erros ou mau comportamento, sentir raiva ou ficar ressentido, ou ser rancoroso ou vingativo (APA, 2002). Para além do padrão de comportamento repetitivo e persistente, a perturbação do comportamento e a perturbação de oposição têm de comprometer significativamente vários subsistemas, sendo o contexto social, escolar e familiar as três principais referências nesta avaliação (APA, 2002).

A perturbação de oposição tende a surgir antes da perturbação do comportamento, pressupondo-se, deste modo, um gradual agravamento dos problemas de comportamento.

De uma forma geral, o comportamento antissocial, o comportamento desviante e o comportamento delinquentes são alterações do comportamento externalizado, que estão presentes na perturbação do comportamento, segundo o DSM-IV, evidenciando-se o comportamento agressivo, de oposição e violação de regras – roubo, mentira, rebeldia, delinquência, crueldade física e atos criminosos (APA, 2002; Dessen & Szelbracikowski, 2007).

2. A adolescência e a in (compatibilidade) com o desenvolvimento ajustado

Não existe uma definição única de adolescência, alguns designam este período como os anos da adolescência, outros a segunda década de vida, ou mesmo a emergência da idade adulta. É assim uma fase da vida humana marcada por profundas transformações fisiológicas, psicológicas, pulsionais, afetivas, intelectuais e sociais vivenciadas num determinado contexto cultural (Williams, Holmbeck, & Grenley, 2002). Mais do que uma fase, é um processo com características próprias, dinâmico, de passagem entre a infância e a idade adulta.

De acordo com Konopka (1973, citada por Sprinthall & Collins, 1994), “os adolescentes são pessoas com qualidades e características específicas, que têm um papel interventivo e responsável a desempenhar, tarefas a realizar e capacidades a desenvolver, num momento particular da vida” (p.93).

Pode assim entender-se como um período em que os jovens, através de momentos de maturação diversificados, fazem um trabalho de reintegração do seu passado, numa nova unidade, numa perspectiva de construção e de projeção do futuro. No entanto, este processo de crescimento faz-se também com retrocessos, sozinho, com amigos, com e contra os pais e com outros adultos, não sendo obrigatoriamente uma fase perturbada. Tal como referem Sprinthall e Collins (1994), as tarefas desenvolvimentais promotoras de uma entrada na idade adulta como um indivíduo ajustado exigem que o adolescente se torne independente e autónomo face aos pais, estabelecendo um sentido de identidade, integrando as transformações ocorridas numa unidade coerente.

No que diz respeito às diversas identidades, pessoal, psicossocial e sexual, pode dizer-se que a adolescência é um processo de consolidação das mesmas e que, segundo Erikson (1968), o sentimento de identidade é o sentimento intrínseco de “mesmidade” ao longo da vida, atravessando mudanças e ocorrências diversas. Segundo o autor da teoria do desenvolvimento psicossocial, à fase da adolescência corresponde o 5º estágio do ciclo de vida, marcada pela vivência balizada por dois polos opostos – identidade versus difusão ou confusão da identidade - em que os adolescentes vão, através de uma crise, confrontar-se com esta problemática identitária e com uma certa desorientação, hesitações e recuos, realizando importantes experimentações na construção de identidade psicossocial, entendendo a sua singularidade, o seu papel no mundo através de um jogo de identificações e diferenciações.

Se na infância eram os pais, os modelos identificatórios, na adolescência vão ser os jovens da mesma idade. Assim, o grupo de pares tanto pode apresentar modelos positivos de identificação, como pode contribuir para a assunção de riscos, funcionando como exacerbador de vias problemáticas para um desenvolvimento considerado problemático (Patterson, Dishion & Yoerger, 2000).

O relacionamento entre adolescentes ocorre em vários contextos e a sua influência difere com base no contexto relacional em que se encontram. Uma das mais fortes conclusões sobre amizades é a semelhança de atitudes e comportamentos dos amigos, vulgarmente conhecido como homofilia (Kandel, 1978). No entanto, o mecanismo através do qual a homofilia ocorre pode resultar de processos duplos: seleção e conformidade, úteis para a compreensão da influência dos pares (Urberg, Luo, Pilgrim & Degirmencioglu, 2003). A seleção implica, como o próprio nome indica, a escolha de amizades de acordo com as semelhanças existentes entre as pessoas. Já a conformidade sugere que os adolescentes se tornem cada vez mais semelhantes aos seus amigos, porque irão sofrer um processo de modelação.

Assim, as transformações vividas pelo adolescente, ainda que individuais, não se processam isoladamente, ocorrendo integradas num contexto social que inclui a família, a escola e os pares. Sendo a família a principal fonte de socialização, ocupa um lugar de destaque no seu desenvolvimento e comportamento.

Dada a diversidade de teorias gerais da adolescência e tendo em conta que as trajetórias da adolescência variam de acordo com os sistemas históricos, culturais, étnicos e religiosos em que o jovem cresce, consideramos que neste contexto seria pertinente centrarmo-nos num referencial teórico da teoria de Bronfenbrenner (1979), permitindo-nos um olhar sobre os diversos contextos em que se inserem os adolescentes e fulcrais para o seu desenvolvimento.

2.1 Abordagem ecológica na explicação das transformações do contexto social dos adolescentes

A abordagem ecológica do desenvolvimento humano proposta por Bronfenbrenner (1979) é um modelo teórico-metodológico que privilegia o estudo contextual do desenvolvimento, nos contextos interligados.

De acordo com esta perspetiva, o desenvolvimento do adolescente, como indivíduo, é compreendido através de um modelo que envolve quatro núcleos inter-relacionados dinamicamente: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo, sendo por isso, necessária para a compreensão dos problemas de comportamento. A componente da pessoa representa o psicológico, biológico, e características comportamentais do indivíduo adolescente; a componente do processo refere-se à interação do adolescente com outros indivíduos e níveis sistémicos dentro do ambiente, sendo assim definido pela forma como a pessoa transita no seu desenvolvimento, como significa suas experiências e como interpreta seu ambiente, isto é, através dos papéis, atividades diárias e inter-relações. Bronfenbrenner e Morris (1998), recentemente, especificaram este conceito, designando como processo proximal a interação da pessoa com outras pessoas, contextos, objetos e símbolos, em que esse núcleo abrange formas particulares de interação entre a pessoa e o ambiente. Por último, a componente do contexto inclui cinco contextos hierárquicos em que o desenvolvimento e a interação das pessoas e processos ocorrem: o microsistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema.

O microsistema é o cenário mais proximal e representa padrões de relação, papéis sociais, e as interações que ocorrem numa configuração específica e que são experienciados pelo indivíduo. Este sistema inclui configurações (e.g. família, colegas e escola) com as quais o adolescente tem contacto direto, bem como distintas qualidades dentro da configuração.

O papel social, para Bronfenbrenner (1979), deve ser percebido como um conjunto de atividades e relações que se esperam da pessoa que ocupa uma determinada posição na sociedade, sendo que estas expectativas sobre o comportamento podem influenciar o modo como uma pessoa se comporta em dada situação, as atividades nas quais participa e as relações que se estabelecem entre essa pessoa e as outras que estão presentes no ambiente.

A família é observada como uma unidade funcional, sendo assim um microsistema, na medida em que possui um padrão de papéis, de atividades e de relacionamentos que são associados a determinados comportamentos e expectativas, de acordo com a sociedade em que está inserida.

O mesossistema representa as ligações compreendidas entre os microsistemas (as relações da família em casa, com a escola, com a vizinhança, no local de trabalho dos pais, na vida social).

Outra influência é o exossistema, que representa as configurações em que um jovem não participa ativamente, mas é por elas afetada, destacando-se três exossistemas que exercem influência nos processos familiares: o trabalho (ênfase social do trabalho e a falta do mesmo – desemprego), a rede de apoio social e a comunidade.

O macrosistema é o sistema mais amplo, que abrange os demais, sendo composto pelo padrão global de ideologia (valores, crenças, práticas culturais, entre outras) e de organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura ou subcultura.

O último componente do paradigma ecológico de Bronfenbrenner é o cronossistema, que permite analisar o comportamento e variação dos indivíduos e contextos ao longo do tempo.

A abordagem ecológica permite, assim, (re)conhecer os sistemas que afetam o adolescente, mostrando a multiplicidade de influências interrelacionadas no desenvolvimento. Assume-se, por isso, a necessidade de se considerar o comportamento do adolescente no seio de uma variedade de contextos e ligações entre contextos.

Convém salientar que as características ou recursos destes contextos podem servir como fatores de risco, ou de proteção, documentados no desenvolvimento dos adolescentes (APA, 2002) tais como: uma relação positiva com pelo menos um cuidador, expectativas acadêmicas, um ambiente familiar estável e um nível adequado de inteligência emocional.

2.2 Desenvolvimento da disfuncionalidade

Existem várias perspectivas para explicar a disfuncionalidade, no entanto, em cada uma dessas perspectivas, há uma suposição de que a adolescência é um tempo de mudança e progresso. O foco pode ser diferente, mas a ideia geral é que a adolescência é um período de transformação, apesar das dificuldades de definir o que é considerado normal e disfuncional. Segundo Adams (2003), o que é considerado normal é uma construção social baseada no ponto de vista dos pais, expectativas institucionais, legais e governamentais, definições culturais e até mesmo pela própria percepção dos adolescentes.

Embora as estimativas variem, em cada geração, cerca de 20% dos adolescentes têm problemas preocupantes o suficiente para serem classificados como disfuncionais, o que significa que 80% dos adolescentes se comportam de forma aceitável.

2.2.1 Modelo de desenvolvimento do comportamento antissocial

O modelo de desenvolvimento de comportamento antissocial elaborado por Patterson, Reid, e Dishion (1992) citado por Loeber & Stouthamer-Loeber (1998), considera o comportamento delinquent e antissocial em adolescentes através da influência de pares, atribuindo igualmente importância aos processos comunicacionais entre os adolescentes e os pais. Especificamente, este modelo sugere que a disciplina severa ou inconsistente dos pais, perante comportamentos de oposição e desafio, potencializam interações progressivamente mais coercivas entre os pais e o adolescente. Para evitar essas interações aversivas, os pais adotam uma disciplina cada vez mais inconsistente e, conseqüentemente, o comportamento agressivo do adolescente torna-se a sua forma mais frequente de responder às interações, por vezes, alargada ao contexto escolar. Neste contexto e segundo este modelo, face às rejeições dos colegas que não aceitam comportamentos desadequados, o adolescente estabelece o seu grupo de pares com outros com os quais se identifica e que rapidamente reforçam esses comportamentos.

Alguns estudos têm indicado fatores que favoreceriam a continuidade ou o agravamento dos comportamentos antissociais. Entre eles, destacam-se: a ocorrência de comportamentos antissociais em pelo menos um dos pais, a própria intensidade do comportamento do adolescente (Patterson, Degarmo & Knutson, 2000), a variedade dos atos antissociais do adolescente e a idade de início desse padrão (Storvoll & Wischstrom, 2002).

A idade de início e persistência dos atos infracionais são assim importantes preditores da severidade e continuidade da prática de comportamentos antissociais (Tremblay, 2000) e de outros problemas psicossociais, tais como isolamento social e uso de drogas.

2.2.2 Evolução das condutas agressivas e comportamento antissocial

Ao considerar as características típicas do comportamento antissocial de acordo com a idade de início dessa conduta, Moffitt (1993) distingue duas categorias: um grupo com padrão de comportamento antissocial persistente ao longo da vida (representam 5 a 7%) e outro grupo limitado à adolescência (representam a maioria dos adolescentes). No primeiro grupo, a etiologia situa-se nos primeiros anos de vida com comportamentos oposicionistas e desafiadores que escalam até resultarem em problemas de conduta graves e generalizados a vários contextos, na adolescência e idade adulta. No segundo, a etiologia dos comportamentos antissociais situa-se na adolescência e, segundo o autor, os adolescentes incluídos nesse grupo apresentam concomitantemente uma tendência para se envolverem em comportamentos antissociais quando esses parecem vantajosos e quando são apoiados pelo grupo de pares. Neste grupo, existe assim uma remissão da atividade delinvente na vida adulta, pouco consistente entre contextos.

A remissão deve-se então a uma maior acessibilidade de papéis normativos de adultos bem como ao facto de estes comportamentos antissociais passarem a gerar conseqüências negativas claras (e.g. reduzem as oportunidades de emprego), diminuindo assim o apoio e aceitação que estes comportamentos poderiam suscitar.

Diversos estudos demonstram que o padrão antissocial é mais comum no sexo masculino (Storvoll & Wichstrom, 2002; Tremblay, 2000). Contudo, Wangby, Bergman e Magnusson (1999) constataram, numa amostra de 500 raparigas que foram acompanhadas da infância até o início da idade adulta, que os problemas de externalização apresentaram estabilidade ao longo do período compreendido entre o final da infância e o início da

adolescência. Além disso, os problemas de externalização nessa amostra foram preditores de vários problemas de ajustamento na idade adulta, como criminalidade, abuso de substâncias e problemas de saúde mental. Esses dados indicam que embora alguns estudos indiquem maior prevalência de comportamentos antissociais entre os rapazes, a estabilidade e a evolução desses problemas nas raparigas também são preocupantes.

Apesar de, no passado, a investigação se ter centrado intensamente sobre os problemas dos adolescentes, porque têm maior probabilidade de se envolverem em comportamentos de risco, vários estudos suportam a existência de uma relação inversa entre comportamentos positivos e os riscos/problemas de comportamento em todo o desenvolvimento dos adolescentes.

E assim, paralelamente às trajetórias acima mencionadas e a contrastar com o enfoque tradicional sobre os défices, nos últimos anos tem-se assistido a um aumento notável de teoria e pesquisa sobre o desenvolvimento positivo de adolescentes (Lerner, Phelps, Forman & Bowers, 2009), começando no início de 1990 uma visão que enfatiza os pontos fortes de adolescentes (Larson, 2000), que começaram a ser estudados como recursos e não como problemas. Desta forma, a perspetiva do desenvolvimento positivo dos adolescentes (PYD) destaca-se como uma alternativa concetual ao modelo de défice e sua ideia central é a de que todos os adolescentes têm potencial para um crescimento saudável (Lerner et al., 2009).

2.3 Prevalência dos problemas de comportamento na adolescência

Segundo o relatório anual, Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2011, constata-se um elevado predomínio de problemas de comportamento – 18% dos jovens acolhidos, atingindo a sua expressão máxima na faixa etária 15-17.

Estes dados vêm confirmar uma mudança significativa no perfil das crianças e jovens acolhidos, lançando um claro desafio à capacidade de resposta do sistema de acolhimento perante situações muito complexas das crianças e jovens que, pelo facto de terem estado expostas, reiteradamente, a situações de maus tratos físicos e psicológicos, comunicam o seu mal-estar de forma agressiva ou com comportamentos antissociais.

Dos jovens com problemas de comportamento, registam-se 288 que possuem já algum tipo de envolvimento com a Lei Tutelar Educativa, o que representa 23,6% dos jovens que se encontram em acolhimento institucional.

Relativamente aos dados fornecidos pelo relatório anual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de 2011, a situação de perigo denominada - Criança/Jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar - surge com valores percentuais menos representativos do total das situações de perigo, representando 5,5% (3785) dos processos instaurados. No entanto, estes dados de acordo com o documento da atividade processual das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no primeiro semestre de 2012, revelam que a situação em que a criança ou jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar, se situa entre as cinco problemáticas com maior incidência, representando 10,8% (1547) dos processos instaurados no primeiro semestre de 2012.

No que respeita às situações em que a criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada, destaca-se o escalão dos 11 aos 14 anos, que apresenta a maior incidência desta problemática, seguindo-se o escalão dos jovens com mais de 15 anos.

Quanto às subcategorias desta problemática, a categoria dos comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina correspondem a 43% (357) dos casos, seguidos por outros comportamentos, com 23,9% (198) e as situações de bullying com 15,7% (130). Com menor expressão surge o consumo de estupefacientes e de bebidas alcoólicas que correspondem a 9,8% (81) e a 7,7% (64), respetivamente.

3. A família como plataforma para o desenvolvimento

Apesar das mudanças sociais, a família ainda hoje permanece como principal agente de socialização. Surge assim como uma plataforma a partir da qual se dá o desenvolvimento social normal ou perturbado do indivíduo, constituindo-se nos primeiros anos de vida de uma criança como agente primordial, um papel que ao longo do ciclo de vida da criança/jovem irá partilhar com outros agentes socializadores como a escola, os pares, a televisão ou a internet.

Segundo Alarcão (2000) a família:

«É um lugar privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação: contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. É ainda um espaço de vivência de relações afetivas profundas: a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade... numa trama de emoções e afetos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família (p.35)».

Muitas definições de família têm sido apontadas, mas o essencial é considerá-la como um todo para, de um modo sistémico, ter uma visão global da sua estrutura (dimensão espacial) e do seu desenvolvimento (dimensão temporal).

A família como sistema possui os seus subsistemas que podem distinguir-se: individual (indivíduo que para além do seu estatuto e função na família tem também outros estatutos noutros sistemas), conjugal (marido e mulher, sem perder a individualidade), parental (adultos mas com funções executivas na educação das gerações mais novas; no entanto os pais podem não fazer parte desta estrutura) e o fraternal (irmãos).

3.1 Organização e estrutura familiar

A organização reporta-se a um conjunto de relações que constituem o edifício familiar nos seus componentes básicos, mais especificamente, pode dizer-se que esta engloba os alicerces (família de origem e família extensa), os andares (família nuclear e seus subsistemas), o telhado (finalidades da família nuclear) e conjunto de relações estabelecidas entre os vários componentes (Alarcão, 2000).

Quanto à estrutura, pode definir-se como o conjunto de relações que se estabelecem em cada etapa da vida da família e que lhe vão conferindo configurações particulares sem nunca modificar a sua identidade básica.

Para autores contemporâneos e pioneiros em estudos sobre família, como Minuchin e Fishman (2003), a família é um grupo natural que, através dos tempos, tem desenvolvido uma determinada estrutura a partir de padrões de organização. Já Walsh (1998, citado por De Antoni, Teodoro & Koller, 2009) salienta também a existência de um sistema de crenças e de processos de comunicação. Assim, a estrutura familiar é formada por estes aspetos, que definem o funcionamento, a função, os comportamentos e as interações entre seus membros.

As interações que se desenvolvem entre os elementos da família organizam-se em sequências de trocas verbais e não-verbais que se vão construindo no quotidiano familiar, como resultado de adaptações recíprocas, implícitas e explícitas. A isto Minuchin (1979, citado por Alarcão, 2000) designa por padrões transacionais que, para além de regular as trocas afetivas, cognitivas e comportamentais dos diferentes membros, também lhes conferem papéis. É este modelo de relações que o autor supracitado designa de estrutura, onde se organiza o modo como os membros interagem entre si na família.

Baker (2000) e Alarcão (2000) demonstram que ao nível da estrutura, existem vários tipos de famílias, tais como:

- Famílias reconstituídas: formam-se a partir de situações de divórcio e por vezes de viuvez; na atual configuração, existem pessoas que no passado tiveram outras famílias, em parte agora reunidas num novo sistema. Em qualquer uma das situações há um luto a ser realizado, pois caso contrário, as crianças irão criar grandes dificuldades à nova estrutura;

- Famílias monoparentais: existe uma geração de pais (através da viuvez, divórcio, separação, abandono ou pelo facto de serem mães ou pais solteiros) apenas representada por um único elemento;

- Famílias nucleares: compostas por marido, mulher e filhos;

- Famílias adotivas: constituída por crianças e adolescentes que não têm laços de sangue com aqueles pais mas que estão ligados por laços efetivos e emocionais;

- Famílias homossexuais: formadas por um casal do mesmo sexo;

- Famílias comunitárias: nas quais as necessidades e os deveres comunitários se impõem aos indivíduos; ao contrário dos sistemas familiares tradicionais, onde a total responsabilidade pela criação e educação das crianças se cinge aos pais e à escola. Nestas famílias, o papel dos pais é descentralizado, sendo as crianças da responsabilidade de todos os membros adultos;

- Famílias alargadas: que abrangem pelo menos três gerações no sentido vertical (avós, pais, tios, filhos, netos, etc.) no mesmo agregado familiar.

Assim, a família é um sistema que muda a sua estrutura, mantendo a sua organização face às situações de crise, o que não acontece ao nível dos padrões da estrutura familiar, que vai sofrendo mudanças significativas, nomeadamente no aumento de famílias monoparentais (Parke, 2003).

No entanto, a família não é mais vista apenas como um sistema nuclear composto por pai, mãe e filhos biológicos, mas incorpora também outras pessoas que fazem parte de sua rede de relações e com quem há afinidades. Considerar a família como unidade de análise significa levar em consideração o desenvolvimento das relações entre os subsistemas, de acordo com os princípios básicos da “teoria sistémica da família” (Minuchin, 1985). Nesta teoria, os subsistemas marital, parental e fraternal são interdependentes e compostos por relações diádicas, triádicas e poliádicas.

Desta forma, para compreendermos a influência das relações familiares nos problemas de comportamento, é necessário atender às modificações nas dinâmicas da família, uma vez que esta passa por períodos de transição que podem ser normativos e não-normativos, isto é, períodos marcados pela manutenção de padrões e regras que são funcionais e disfuncionais (Tremblay, 2000).

Este debate parece estar longe de terminar e são apontadas críticas aos pesquisadores que exploram a ligação do bem-estar da família ao dos filhos, pois consideram que estes se centram exclusivamente na estrutura familiar, deixando por analisar a atmosfera afetiva/emocional da família e os processos que ocorrem dentro desta, pois para compreender e apreciar a influência da família sobre a criança e o seu bem-estar, é preciso olhar mais profundamente (Ford-Gilboe, 2000). Se para alguns investigadores o divórcio modifica a estrutura familiar, alterando a dinâmica das relações familiares e, conseqüentemente, o ajustamento dos filhos (Jeynes, 2002; Wallerstein, Lewis & Blakeslee, 2000), outros investigadores indicam, contudo, que a variabilidade substancial existe na forma como adolescentes respondem ao divórcio dos seus pais, quer em termos de conseqüências a longo ou curto prazo. Estes observadores concluíram que as transições estruturais do divórcio não levam diretamente a problemas graves para os adolescentes; em vez disso, os resultados específicos de desenvolvimento e bem-estar dos adolescentes dependem do relacionamento existente no seio da família, antes, durante e após a rutura conjugal (Emery, 1999).

3.2 Coesão e Hierarquia

Nos estudos sobre família, a coesão (proximidade emocional) e a hierarquia (estrutura de poder) são vistas como duas dimensões básicas que descrevem a organização do sistema social ou a estrutura familiar, sendo estudados pelas teorias sistémicas familiares, nomeadamente, a Teoria Estrutural Sistémica, que aborda a estrutura familiar, e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que revela a importância da reciprocidade e do equilíbrio do poder na interação entre os membros familiares.

A definição de família na atualidade leva em conta aspetos distintos e pode envolver a estrutura e o funcionamento deste grupo. Os primeiros estudos sobre estrutura familiar datam da década de 1980 e foram desenvolvidos por pesquisadores, teóricos e clínicos como Minuchin, Feldman, Gehring, Talmon e Wood, entre outros. A utilização dos construtos como coesão e hierarquia na atualidade tem por base estes estudos, sendo consideradas dois fatores relevantes ou dimensões básicas para a compreensão de relações familiares.

Para diferenciar os subsistemas ou determinado membro da família, Minuchin (1990) citado por De Antoni, Teodoro & Koller (2009), desenvolveu a ideia de fronteiras, que definem os espaços subjetivos ou território de cada membro, sendo delimitada pela interação ou proximidade interpessoal psicológica e física dos subsistemas e compreendida como as regras que definem os limites com que os membros da família interagem e diferenciam os papéis das pessoas que formam determinado grupo.

Assim, segundo o autor supracitado, foi concebida uma divisão deste construto (fronteira) em dois outros, denominados proximidade ou coesão e hierarquia (estrutura de poder). Ambos os construtos são vistos como duas dimensões básicas que descrevem a organização do sistema social ou a estrutura familiar.

A coesão é definida como proximidade afetiva, que envolve relações de amizade, união e de pertença ao grupo, estando relacionada com o desenvolvimento saudável e bem-estar psicossocial de crianças, do adolescente e das famílias (Gehring, 1993). O funcionamento familiar adequado é promovido pela relação próxima entre o casal, entre pais e filhos e entre irmãos; ao contrário, famílias com conflitos frequentemente demonstram baixa coesão entre os seus membros e coligação entre gerações, ou seja, os pais mais próximos de seus filhos do que do seu (sua)

companheiro(a). Coligação refere-se à união entre dois ou mais membros, pode ocorrer em prol de um objetivo ou para rebelar-se contra outro membro familiar (Gehring, 1993).

A hierarquia tem sido definida como uma estrutura de poder, que envolve influência, autoridade, controle e adaptabilidade, estando relacionada com controle e poder de decisão, seja nos eventos cotidianos, seja em situações adversas. Um fator importante na análise desta estrutura de poder é a presença da inversão hierárquica, isto é, filhos (crianças ou adolescentes) com mais poder do que os pais (Gehring & Marti, 1993).

Para Minuchin e Fishman, (2004), não existe família que não tenha problemas. No entanto, a família funcional consegue ter fronteiras semipermeáveis que permitem aos seus membros sentir-se pertencentes ao grupo, ao mesmo tempo que desenvolvem sua autonomia, mesmo na presença de eventos stressores.

Um desenvolvimento saudável é associado linearmente à coesão, mas não se associa da mesma forma à hierarquia, uma vez que famílias com problemas psicossociais frequentemente apresentam menos coesão e mais relações hierárquicas não igualitárias ou muito hierárquicas (Gehring, 1993). Estes limites referem-se às coligações transgeracionais, quando a díade pai-filho/mãe-filho é mais coesa do que a díade pai-mãe, e a reversões hierárquicas, quando uma criança tem mais poder do que um pai. Segundo Wood (1985), graus extremos de coesão, sejam em direção à alta ou à baixa coesão, estão associados à disfunção familiar.

Assim, um ambiente acolhedor prevê um padrão adequado de comunicação entre pais e filhos (pais que ajudam os filhos a identificarem emoções, que os aconselham, com expressividade emocional positiva e que estão disponíveis para comunicar com eles), o que por sua vez, favorece a interação social destes com os pares, diminuindo a probabilidade de apresentarem problemas de comportamento (Bohanek, Marin, Fivush & Duke, 2006). Estes autores ainda ressaltam a importância do comportamento verbal, ao afirmarem que o papel dos pais, na aprendizagem interpessoal da criança, depende da forma como eles planeiam e conduzem a educação dos filhos.

3.3 Comunicação na família

A comunicação pode definir-se como um conjunto de regras implícitas, tacitamente respeitadas por todos os elementos do sistema, já que ela constitui a matriz de base dessas interações.

Na família, a comunicação aberta, onde os membros podem manifestar os seus sentimentos e opiniões livremente, num processo de escuta ativa, entre pais e filhos é um indicador de proteção e contribui para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. Os adolescentes que são estimulados a expressar suas próprias opiniões desenvolvem maior autoestima e melhores estratégias de coping - habilidade para lidar com os problemas (Steinberg, 1996). Desta forma, existem regras que definem a relação de forma relativamente estável. É necessário assim um estabelecimento de regras claras, precisas e coerentes em que o sistema executivo necessita de ser forte. É assim, na diferença e no desacordo de opiniões, que os adolescentes vão construindo a sua autonomia e identidade.

Segundo Alarcão, (2000) “para metacomunicarem sobre as dificuldades e medos têm que admitir as falhas e a dor daí decorrente; não o fazendo correm o risco de disfuncionar a relação” (p.168).

A adolescência, período no qual se centra o presente estudo, é uma fase de emoções intensas, na qual o sujeito está em busca da consolidação da sua própria identidade. Como uma das primeiras manifestações deste

processo, ocorre o afastamento da família de origem e um maior envolvimento com o grupo de iguais. Esse afastamento das figuras parentais, em muitos momentos, pode tomar a forma de rebeldia, mesmo quando não existem motivos aparentes para isso. Partindo-se da forma como os adolescentes avaliam a comunicação que mantêm com cada um dos membros de sua família, é notório que existe uma certa hierarquia de preferências que define quais as pessoas escolhidas pelos adolescentes para conversar.

3.3.1 Práticas educativas parentais

A investigação destinada a conhecer a influência dos processos comunicacionais no núcleo familiar nos problemas de ajustamento psicossocial dos adolescentes, tem sido prolífera na última década (Nishikawa, Sundbom & Hägglöf, 2010; Phares, Fields & Kamboukos, 2009).

É, então, através de estratégias disciplinares específicas, chamadas práticas educativas, que os pais promovem comportamentos social e moralmente desejáveis e procuram eliminar ou reduzir comportamentos menos desejáveis ou inadequados, em diferentes domínios sob determinadas circunstâncias e contextos de forma a estimular a independência, autonomia e responsabilidade (Ceballos e Rodrigo, 2003; Hoffman, 1975).

No entanto, para controlar os comportamentos, os pais tendem a agir coercivamente quando estabelecem limites e/ou expressam opiniões. Segundo Skinner (1953a, 1993b) e Sidman (1995) citados por Bolsoni-Silva e Maturano (2002), existem quatro formas de controlar comportamentos: reforço positivo, reforço negativo e punição positiva e negativa, sendo os primeiros não coercivos e os demais, coercitivos. O reforço positivo ocorre quando a ação de uma pessoa é seguida pela adição de uma consequência que aumenta a probabilidade de ocorrência do comportamento ao qual for contingente. O reforço negativo, ao contrário, surge quando, como consequência do seu comportamento, o indivíduo retira ou elimina algo desagradável de seu ambiente, ocorrendo, também, desta forma, uma probabilidade de aumento da frequência posterior daquele comportamento. Quanto à punição, é positiva quando face a um comportamento não desejado é apresentada uma consequência desagradável, e negativa, quando após a realização de um comportamento não desejado, é removido um evento agradável.

No entanto, não existem unicamente estas formas de controlar o comportamento, existindo outros aspetos igualmente importantes, tais como a reciprocidade, o equilíbrio de poder e o afeto, destacadas por Bronfenbrenner (1979), que se estabelecem nas relações dentro da família. Em qualquer relação, o que uma pessoa faz influencia a outra, e vice-versa, caracterizando a reciprocidade. Contudo, um dos participantes pode ser mais influente do que o outro. Além de reciprocidade e equilíbrio de poder, o afeto também desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento, pois quanto mais positivas e calorosas forem as relações de uma díade, maior a probabilidade de ocorrerem processos evolutivos de forma adaptativa. Neste sentido, a utilização da punição física como uma prática disciplinar não apenas reafirma o poder dos pais sobre os filhos, favorecendo o seu desequilíbrio, mas também prejudica a relação de reciprocidade e de afeto entre eles.

Tendo também investigado as relações entre pais e filhos, mas sob uma perspetiva diferente, Hoffman (1975, 1994), desde a década de 1970, procurou destacar a importância das estratégias utilizadas pelos pais frente a situações de conflito com os filhos, apresentando a este propósito, duas categorias de práticas educativas que os pais recorrem: as coercivas e as indutivas.

As práticas educativas coercivas, que reafirmam o poder parental, são descritas na literatura como tendo repercussões negativas em diversas áreas do desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes, tais como o ajustamento social, psicopatologia e desempenho escolar. Tais práticas incluem punição física e a privação de privilégios ou ameaças, interferindo na capacidade do adolescente ajustar o seu comportamento à situação.

De forma contrária, as práticas educativas indutivas têm como objetivo uma modificação voluntária do comportamento do adolescente, sendo apontadas como favorecedoras do desenvolvimento da autonomia no indivíduo, assim como da internalização de padrões morais (Ceballos e Rodrigo, 2003; Hoffman, 1994). Estas envolvem práticas educativas que comunicam à criança ou adolescente o desejo dos pais de que ela/ele modifique seu comportamento, induzindo-a a obedecer-lhes.

Conclusão

A família, como primeira instituição socializadora, desempenha o papel de organizadora primária da sociabilidade, bem como dos laços de dependência emocional entre os seus membros, sendo na dependência das características da família que surgem determinadas características do adolescente, considerando-se estas não só no nível interno do adolescente, mas também no nível de seu meio externo (Sudbrack, 2001).

Pode-se dizer, então, que a família corresponde a um todo complexo e integrado, dentro do qual os membros são interdependentes e exercem influências recíprocas uns nos outros. Além disso, a família pode ser considerada, ao mesmo tempo, como um sistema integrado num outro sistema – o social -, sofrendo influências constantes deste último, além de o influenciar também (Sudbrack, 2001).

Durante a etapa da adolescência, é comum que surjam mudanças significativas nas relações familiares, fruto da experimentação para a definição de papéis, que em muitos casos se fazem acompanhar de um aumento de conflitos no sistema familiar. Uma das primeiras manifestações deste processo é a necessidade, por parte do adolescente, de se envolver de forma mais profunda, com o seu grupo de pares, e este afastamento das figuras parentais é por vezes incompreendido.

Assim, a adolescência traz consigo a necessidade de questionar, de descobrir e de redirecionar, existindo uma necessidade de rever as regras, os valores e até as crenças familiares (Dessen & Szelbrackowski, 2007). Os adolescentes desafiam o sistema familiar porque essa é a natureza do desenvolvimento. A resposta de que necessitam, por parte dos pais/cuidadores, deverá, no entanto, ser promotora do reequilíbrio emocional.

O adolescente ainda não é adulto, pelo que necessita de contar ainda com uma família que lhe garanta as necessidades de afeto, de segurança e de estrutura, daí a importância das práticas educativas, essenciais para assegurar estes três grandes pilares da vida do adolescente.

Assim, de acordo com Prevatt (2003), parecem ser as práticas negativas, ao invés das positivas, que predizem os problemas de comportamento dos adolescentes, existindo uma ligação significativa entre práticas educativas dos pais e o comportamento antissocial dos filhos, pois, em geral, os pais não reforçam positivamente os comportamentos pró-sociais e punem os comportamentos desviantes (Bolsoni-Silva & Maturano, 2002). Porém, também é possível constatar as relações de poder dentro da família a qual influencia amplamente os estilos parentais e as práticas educativas utilizadas com os filhos (Bolsoni-Silva & Maturano, 2002).

Para garantir a solidez das relações intrafamiliares, neste contexto, são necessários esforços de todos os membros da família, até encontrarem novos padrões de convivência, adaptados a esta etapa do ciclo vital, sendo necessário apostar num aumento da flexibilidade das fronteiras e na forma de expressar a autoridade dos pais/cuidadores, de forma a manter a harmonia familiar.

Em suma, não basta assim dizer que é na adolescência que se verifica uma maior prevalência de comportamentos desajustados ou desadequados, é necessário atender a diversos fatores que se conjugam de forma a potenciar o aparecimento ou manutenção de problemas de comportamento. A vulnerabilidade desta etapa pode ser mais bem explicada atendendo à noção de risco, que pode ou não traduzir-se num padrão de comportamentos disfuncionais.

Estudo Empírico

1. Justificação do estudo

Criada a base concetual que fundamenta a presente investigação, centremo-nos no estudo empírico, que adota um referencial de análise quantitativo dos dados, pretendendo dar conta da forma como as dimensões da estrutura familiar e comportamento parental se relacionam com a manifestação de problemas de conduta tanto de natureza internalizante como externalizante em adolescentes.

1.1 Objetivos

Como objetivos específicos procuramos:

- Determinar nos dois grupos as formas de expressão do comportamento prevalentes, assim como a sua gravidade;
- Averiguar se a estrutura familiar, a organização da família e as suas relações, juntamente com as práticas educativas utilizadas pelos progenitores, estão associadas a diferentes problemas de comportamento (externalizantes e internalizantes);
- Analisar as relações entre as práticas educativas dos pais e os problemas externalizantes e internalizantes dos adolescentes;
- Verificar se a variação dos fatores estrutura familiar, práticas educativas e problemas de comportamento difere ou não num grupo de adolescentes com processo de promoção e proteção e num outro grupo que não se encontra sinalizado;
- Averiguar o efeito da variável género na manifestação de comportamentos internalizantes e externalizantes.

1.2 Questões e hipóteses de investigação

Como referimos previamente, a estrutura familiar foi definida com base no conceito de coesão e hierarquia. A primeira refere-se à proximidade emocional entre os membros da família, sendo expressa em três níveis: baixa, média e alta; e a segunda define-se como a estrutura de poder que, por sua vez, se distingue entre

baixa, média, alta e inversão hierárquica. A avaliação da hierarquia baseia-se na diferença de poder entre o subsistema dos progenitores e o subsistema dos filhos; quando a figura do filho tem mais poder do que um dos progenitores, verifica-se uma situação de inversão hierárquica.

Por estrutura relacional considera-se a combinação da dimensão da coesão e hierarquia, que se classifica em três grupos: estrutura familiar equilibrada, instável e desequilibrada. Numa estrutura equilibrada, o nível de coesão é médio ou alto e a hierarquia média; numa estrutura instável a classificação da coesão apresenta um nível médio com uma hierarquia alta ou baixa, ou, um nível de coesão baixo com um nível de hierarquia médio; numa estrutura desequilibrada, ambas as pontuações apresentam-se nos extremos.

Quanto aos problemas de comportamento, como foi referido no enquadramento teórico, por problemas de internalização entendem-se as manifestações comportamentais dirigidas para o self e os problemas de externalização traduzem-se em comportamentos manifestos ou abertos, de que são exemplo os comportamentos agressivos e delinquentes, sendo ambos expressos em casos clínicos e normais, de acordo com o ponto de corte estabelecido na versão original do questionário de comportamentos da criança - Child Behavior Checklist (CBCL) de Achenbach (1991).

De forma a clarificar o estudo e numa tentativa de dar respostas às várias interrogações que foram surgindo sobre o papel da estrutura familiar e das práticas educativas como fatores associados aos problemas de comportamento, apresentam-se as seguintes questões e respetivas hipóteses:

A. Qual a relação entre a estrutura familiar e os problemas de comportamento externalizados e internalizados?

Hipóteses de investigação:

- A1. A estrutura familiar está associada a problemas de comportamento internalizado.
- A2. A estrutura familiar está associada a problemas de comportamento externalizado.
- A3. A estrutura familiar relacional está associada a problemas de comportamento internalizado.
- A4. A estrutura familiar relacional está associada a problemas de comportamento externalizado.

B. Os problemas de comportamento internalizantes e externalizantes estão relacionados com práticas educativas inadequadas?

Hipóteses de investigação:

- B1. Os problemas de comportamento internalizado estão associados a práticas inadequadas não abusivas.
- B2. Os problemas de comportamento internalizado estão associados a práticas punitivas.
- B3. Os problemas de comportamento internalizado estão associados a práticas emocionalmente abusivas.
- B4. Os problemas de comportamento internalizado estão associados a práticas fisicamente abusivas.
- B5. Os problemas de comportamento externalizado estão associados a práticas inadequadas não abusivas.
- B6. Os problemas de comportamento externalizado estão associados a práticas punitivas.

B7. Os problemas de comportamento externalizado estão associados a práticas emocionalmente abusivas.

B8. Os problemas de comportamento externalizado estão associados a práticas fisicamente abusivas.

C. Há diferenças ao nível da estrutura familiar entre as famílias dos adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados e famílias dos adolescentes não sinalizados?

Hipóteses de investigação:

C1. As famílias de adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados diferenciam-se das famílias de adolescentes sem processo de promoção e proteção mostrando menor aproximação afetiva entre os seus membros.

C2. As famílias de adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados diferenciam-se das famílias de adolescentes sem processo de promoção e proteção demonstrando relações de poder indiferenciadas.

D. Há diferenças ao nível das práticas educativas entre as famílias dos adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados e famílias dos adolescentes sem processo de promoção e proteção?

Hipóteses de investigação:

D1. As famílias de adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados diferenciam-se das famílias de adolescentes sem processo de promoção e proteção mostrando maior recurso a práticas inadequadas não abusivas.

D2. As famílias de adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados diferenciam-se das famílias de adolescentes sem processo de promoção e proteção mostrando maior recurso a práticas punitivas.

D3. As famílias de adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados diferenciam-se das famílias de adolescentes sem processo de promoção e proteção mostrando maior recurso a práticas emocionalmente abusivas.

D4. As famílias de adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados diferenciam-se das famílias de adolescentes sem processo de promoção e proteção mostrando maior recurso a práticas fisicamente abusivas.

Esta questão surge na tentativa de ajustar as intervenções no âmbito destes processos de promoção e proteção, e ser possível um conhecimento da influência das práticas educativas, que apesar de interagirem concomitantemente com outros fatores, podem ser preponderantes no desenvolvimento ajustado dos indivíduos.

2. Metodologia

2.1 Participantes

Integram este estudo 60 famílias do distrito de Braga, com pelo menos um filho na faixa etária dos 14 aos 16 anos, subdivididas em dois grupos, que foram selecionadas utilizando um método de amostragem por conveniência (amostragem não probabilística) devido à sua facilidade e proximidade, dado que a escolha dependeu das características do estudo, nomeadamente pelas famílias cujos filhos têm processo de promoção e proteção por comportamento desadequados. O primeiro grupo (G1) foi constituído por 30 famílias com adolescentes tendo processo de promoção e proteção, por comportamentos desadequados¹, e o segundo grupo (G2), composto por 30 famílias, com adolescentes sem processo de promoção e proteção instaurado.

Caraterísticas sócio demográficas

No primeiro grupo, constituído por 30 famílias com adolescentes com processo de promoção e proteção, a amostra é constituída por 60 participantes, 30 (50%) progenitores e 30 (50%) filhos. Quanto ao sexo, no subgrupo dos filhos, 20 (66.70%) do sexo masculino ($Mo^2 = 1$) e 10 (33,30%) são do sexo feminino. A idade dos filhos varia entre os 14 e os 16 anos, tendo uma média de 14.87 e um desvio padrão de .90. No subgrupo dos progenitores, 29 (96.70%) são do sexo feminino e 1 (3.30%) do sexo masculino ($Mo = 0$). A sua idade varia entre os 34 e os 56 anos, tendo uma média de 43.63 e um desvio padrão de 6.38.

Relativamente à escolaridade, no subgrupo dos filhos, 4 (13.30%) frequentam o 2º ciclo, 19 (63.30%) o 3º ciclo e 7 (23.30%) o ensino secundário ($Mdn^3 = 2$, $IQQ^4 = 0$). No subgrupo dos progenitores, 8 (26.70%) completaram o 1º ciclo, 6 (20%) o 2º ciclo, 6 (20%) o 3º ciclo e 10 (33.30%) o ensino secundário ($Mdn = 2$, $IQQ = 3$).

Quanto à situação profissional dos progenitores, 17 (56.70%) estão ativos e 13 (43.30%) estão desempregados ($Mo = 0$).

No segundo grupo, constituído por 30 famílias com adolescentes, sem processo de promoção e proteção, a amostra é constituída por 60 participantes, 30 (50%) progenitores e 30 (50%) filhos. Quanto ao sexo, no subgrupo dos filhos, 20 (66.70%) são sexo masculino e 10 (33,30%) são do sexo feminino ($Mo = 1$). No subgrupo dos progenitores, 24 (80%) são do sexo feminino e 6 (20%) do sexo masculino ($Mo = 0$). A idade no subgrupo dos filhos varia entre 14 e 16 anos, tendo uma média de 14.57 e um desvio padrão de .82. No subgrupo dos progenitores, a idade varia entre os 30 e os 60 anos, tendo uma média de 40.97 e um desvio padrão de 6.04.

Relativamente à escolaridade, no subgrupo dos filhos, 2 (6.70%) frequentam o 2º ciclo, 19 (63.30%) o 3º ciclo e 9 (30%) o ensino secundário ($Mdn = 2$, $IQQ = 1$). No subgrupo dos progenitores, 2 (6.70%) completaram o

¹ A problemática, formalmente denominada como comportamentos desadequados, de acordo com a base nacional da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, envolve uma criança ou jovem que assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de fato se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação. Subdivide-se em bullying, comportamentos graves antissociais ou de indisciplina, consumo de bebidas alcoólicas, consumo de estupefacientes e outros comportamentos.

^{2,3,4} As letras representativas das medidas descritivas como a moda, mediana e intervalo interquartilico, respetivamente.

1º ciclo, 4 (13.30%) o 2º ciclo, 13 (43.30%) o 3º ciclo, 10 (33.30%) o ensino secundário e 1 (3.30%) o ensino superior ($Mdn = 2, IQQ = 1$).

Quanto à situação profissional dos progenitores, 26 (86.70%) estão ativos e 4 (13.30%) estão desempregados ($Mo = 0$).

Caraterização das famílias

No grupo de famílias com adolescentes tendo processo de promoção e proteção, 28 (46.70%) representam as famílias nucleares, 18 (30%) as famílias monoparentais, e 14 (23.30%) as famílias reconstituídas ($Mo = 2$). No que diz respeito ao número de elementos que compõem o agregado familiar, varia entre 2 e 6 elementos, tendo uma média de 3.83 e um desvio padrão de 1.17.

No grupo de famílias com adolescentes sem processo de promoção e proteção, 48 (40%) representam as famílias nucleares, 10 (8.30%) representam as famílias monoparentais, e 2 (1.70%) as famílias reconstituídas ($Mo = 2$). Relativamente ao número de elementos que compõem o agregado, oscila entre 2 e 6 membros, tendo uma média de 3.80 e um desvio padrão de .71.

Caraterização do percurso escolar

No grupo de famílias com adolescentes tendo processos de promoção e proteção, no que diz respeito ao número de retenções dos adolescentes, 7 (23.30%) não tiveram nenhuma retenção, 14 (46.70%) uma retenção, 8 (26.70%) duas retenções, 1 (3.30%) três ou mais retenções ($Mdn = 1, IQQ = 1$). Relativamente aos processos disciplinares, 9 (30%) não teve nenhum processo disciplinar, 9 (30%) um processos disciplinar, 5 (16.70%) dois processos disciplinares e 7 (23.30%) três ou mais processos disciplinares ($Mdn = 1, IQQ = 2$).

No grupo de famílias com adolescentes sem processo de promoção e proteção, relativamente ao número de retenções dos adolescentes, 21 (70%) não tiveram nenhuma retenção, 6 (20%) uma retenção e 3 (10%) duas retenções ($Mdn = 0, IQQ = 1$). Quanto aos processos disciplinares, 29 (96.70 %) não tiveram nenhum processo disciplinar e 1 (3.3%) um processo disciplinar ($Mdn = 0, IQQ = 0$).

Elementos caraterizadores do processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados

No grupo de famílias com adolescentes tendo processos de promoção e proteção por comportamentos desadequados, relativamente ao motivo de sinalização, 16 (53.30%) são por comportamentos graves antissociais ou indisciplina, 9 (30%) por outros comportamentos, 4 (13.30%) consumo de estupefacientes e 1 (3.30%) consumo de bebidas alcoólicas ($Mo = 1$).

Quanto à entidade sinalizadora, 16 (53.30%) foram sinalizados pelo estabelecimento de ensino, 5 (16.7%) pelas forças policiais, 4 (13.30%) pelos progenitores, 4 (13.30%) por outras entidades e 1 (3.30 %) pelos serviços de saúde ($Mo = 0$).

No que se refere aos distúrbios psicológicos diagnosticados, 25 (83.30%) não têm nenhum, 3 (10%) têm hiperatividade e 2 (6.70%) outros distúrbios ($Mo = 0$). Quanto ao acompanhamento psicológico, 20 (66.70%) não são acompanhados e 10 (33.30%) têm acompanhamento psicológico ($Mo = 0$).

Por fim, todos os adolescentes do grupo sinalizado estão com medida de apoio junto dos pais ou a mesma medida, na pessoa da progenitora ou do progenitor.

2.2 Instrumentos

Teste do sistema familiar (FAST; Gehring, 1993)

O FAST é um teste originalmente desenvolvido para avaliar a representação da coesão e da hierarquia em famílias (grupo) e nos seus subsistemas (pais e filhos), podendo desta forma ser aplicado em grupo ou individualmente. É constituído por um tabuleiro monocromático dividido em 81 quadrados (5cm x 5cm), peças em madeira que representam figuras masculinas e femininas (8 cm) e blocos cilíndricos com três alturas diferentes (1,5 cm; 3 cm; 4,5 cm). O instrumento é acompanhado por uma folha de registo na qual o pesquisador anota as respostas fornecidas, sugerindo que a fonte de avaliação represente a coesão e a hierarquia em três situações: na típica (como as pessoas interagem no dia a dia), na ideal (expectativas e desejos sobre o funcionamento familiar) e na de conflito (representação do funcionamento familiar face a discordâncias).

Durante a aplicação do FAST, é realizada uma entrevista semiestruturada que explora o resultado subjetivo das representações, no entanto não será contemplada neste estudo a análise ao conteúdo das entrevistas.

A coesão é verificada através da proximidade das peças, isto é, quanto mais próximas estão colocadas entre si, maior é a coesão, que se avalia como baixa, média e alta. O distanciamento entre as peças significa baixa coesão. Um aspeto a salientar é o significado das representações de acordo com o número de elementos que compõem o agregado.

Para analisar a hierarquia, as peças são elevadas com blocos, sendo esta dimensão analisada pela diferença de altura das peças, ou seja, quanto mais elevada estiver a peça, maior será sua hierarquia. O bloco mais alto possui 4,5 cm e equivale a três pontos, o de 3cm a dois pontos e o mais baixo possui 1,5 cm a um ponto. Quando não colocam blocos, a pontuação é zero.

A hierarquia pode ser classificada em baixa, média e alta, tendo por base as diferenças de poder entre o subsistema parental (figuras dos pais) e o subsistema filial (figuras dos filhos). Se as figuras não têm o mesmo valor no subsistema, a hierarquia é calculada pela diferença entre o progenitor menos poderoso e o filho com mais poder. Desta forma, a hierarquia é considerada alta na família quando a diferença entre o progenitor com menos poder e o filho com mais poder a três ou mais pontos; a hierarquia média existe quando a diferença entre os membros acima supracitados equivale a um ou dois pontos e a hierarquia baixa verifica-se quando não existe diferença na altura entre o progenitor com menos poder e o filho com mais poder ou quando há inversão hierárquica – o(a) filho(a) tem mais poder do que um dos seus pais (Gehring, 1993).

A relação entre coesão e hierarquia foi estudada por Gehring e Marti (1993), sendo denominada como estrutura relacional, que se classifica em equilibrada, instável e desequilibrada. Os autores elaboraram um esquema que facilita a compreensão da estrutura relacional, como demonstrado na Figura 1.

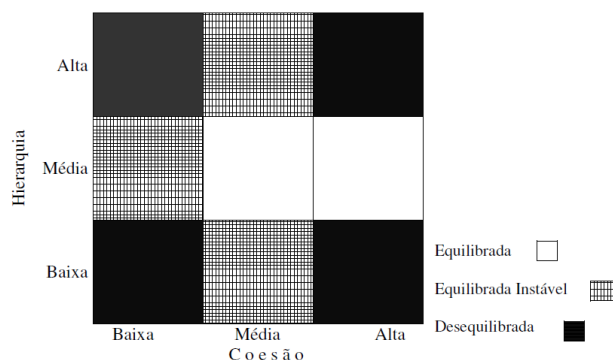


Figura 1. Estrutura relacional (Gehring & Marti, 1993).

Questionário do comportamento da criança (Child Behavior Checklist - CBCL; Achenbach, 1991)

Este questionário do comportamento da criança foi traduzido por Fonseca, Rebelo, Ferreira, & Cardoso, 1994), sendo utilizado para avaliar os sintomas emocionais e comportamentais, aplicável a pais de crianças ou adolescentes entre os 4 e aos 18 anos.

A escala é constituída por 138 itens, divididos em dois blocos, no entanto a primeira parte, focalizada nas competências sociais, não foi alvo de análise neste estudo. A segunda parte da CBCL é composta por oito síndromas diferentes, totalizando 118 perguntas objetivas sobre sintomatologia emocional e comportamental, respondidas pelos pais/cuidadores com três alternativas de respostas: cotação (0) para item falso ou comportamentos ausentes, cotação (1) para item parcialmente verdadeiro/comportamentos às vezes presentes, cotação (2) para item verdadeiro ou comportamento frequentemente presente.

As oito síndromas (fatores ou subescalas) são as seguintes (Gonçalves & Simões, 2000): Isolamento (síndrome que satura na internalização); Queixas somáticas (síndrome de internalização); Ansiedade/Depressão (satura na internalização); Problemas sociais (este fator não satura na internalização nem na externalização); Problemas de atenção (não satura na internalização nem na externalização); Problemas de pensamento (não se situa na internalização nem na externalização); Comportamento agressivo (satura na externalização) e Comportamento delinvente (satura na externalização).

Estas escalas possibilitam a obtenção de um resultado total (soma total dos resultados de todas as escalas) e resultados individuais de cada escala. Permitem ainda a obtenção de três resultados parciais, que correspondem às escalas consideradas em conjunto e subdivididas em: escala de introversão (I, II, III), escala de perfil comportamental (IV, V, VI) e escala de extroversão (VII e VIII).

Relativamente a estudos efetuados em Portugal, o questionário foi objeto de investigação com amostras da comunidade e amostras clínicas, tendo sido validada a utilização deste instrumento (Gonçalves & Simões, 2000).

Não obstante, as subescalas que compõem o questionário apresentam inconsistência e instabilidade nas análises fatoriais, exigindo precauções na interpretação dos resultados.

Assim, atendendo à fragilidade dos resultados dos estudos efetuados no nosso país, no presente estudo optámos por considerar critérios mais exigentes para diferenciar os casos clínicos dos não clínicos. Neste sentido,

foi tomado como referência o ponto de corte estabelecido na versão americana (i.e., o percentil 98), tal como o recomendado por Gonçalves e Simões (2000).

Inventário de comportamentos de Práticas Educativas (IPE; Machado, Matos & Gonçalves, 2007)

Este inventário, preenchido pelos progenitores por quem, enuncia um conjunto de práticas educativas teoricamente agrupadas em seis dimensões (adequadas, inadequadas mas não abusivas, punitivas que envolvem violência física aceitável, emocionalmente abusivas, fisicamente abusivas e, por fim, práticas potencialmente maltratantes), solicitando-se aos pais que respondam com que frequência as utilizaram no último ano e se as consideram adequadas ou desadequadas. Salienta-se que por práticas inadequadas são: inadequadas mas não abusivas, punitivas que envolvem violência física aceitável, emocionalmente abusivas e fisicamente abusivas.

A resposta à primeira questão envolve quatro opções: a) “nunca usei”; b) “usei uma única vez”; c) “uso/usei menos do que uma vez por mês”; d) “uso/usei mais do que uma vez por mês”. Visto tratar-se de um inventário comportamental, não existe propriamente uma cotação da escala (Machado, Matos & Gonçalves, 2007), no entanto para efeitos estatísticos, considerou-se a cotação de (0) para a resposta “nunca usei”, (1) “usei uma única vez”, (2) “uso/usei menos do que uma vez por mês” e (3) “uso/usei mais do que uma vez por mês”.

2.3 Procedimento

Descrever-se-ão de seguida os procedimentos adotados no decurso deste estudo, tanto ao nível funcional (procedimentos que antecederam a recolha dos dados e que conduziram essa mesma recolha) como ao nível operacional (procedimentos relativos ao tratamento estatístico dos dados).

Numa fase inicial, foi realizada uma reunião com a presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga, tendo como objetivo, o esclarecimento das diretrizes orientadoras deste projeto de investigação e obter autorização para a implementação da recolha de dados. Após esta fase, foi dada uma explicação dos objetivos do estudo, da fundamentação teórica e da metodologia a utilizar para a recolha de dados, para todos os membros da Comissão Restrita, tendo estes demonstrado disponibilidade para colaborar. Esta colaboração centrou-se na referência dos processos que preenchiam os requisitos do estudo e na marcação de atendimentos com as respetivas famílias.

Após este contacto, os adolescentes e respetivos progenitores, que poderiam ser incluídos na amostra deste estudo, foram informados pelos técnicos do caráter voluntário da participação no referido estudo, sendo-lhes garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Desta forma e após o preenchimento do consentimento informado dos progenitores, foram tidas em consideração as questões éticas inerentes à administração dos instrumentos supramencionados e seguiu-se a recolha dos dados, inicialmente com um membro da díade parental, que era avaliado através de um protocolo de investigação, com instruções padronizadas e na presença do responsável pela administração, possibilitando assim o esclarecimento de possíveis dúvidas que pudessem surgir no decurso das respostas. No final, era solicitado ao respetivo filho, que preenchesse o protocolo de investigação.

Numa fase posterior, eram retiradas informações dos processos de promoção e proteção relativamente a eventuais distúrbios psicológicos dos adolescentes sinalizados, motivo da sinalização e entidade sinalizadora, ou seja, aspetos caracterizadores do processo em questão.

No segundo subgrupo da amostra - famílias com adolescentes sem processo de promoção e proteção instaurado -, decorreram os mesmos processos acima mencionados, com a exceção do protocolo ser cumprido em diversos contextos, nomeadamente o profissional dos progenitores ou no respetivo domicílio, depois de efetuada a explicitação do propósito geral da investigação.

No campo dos procedimentos operacionais, foi realizada a introdução das respostas dos participantes do estudo, numa base de dados do programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 20, tendo sido realizadas distintas análises de acordo com os objetivos e hipóteses consideradas previamente.

Para averiguar se os problemas de comportamento internalizantes e externalizantes estão relacionados com a coesão e hierarquia (primeira questão), optou-se pelo teste de Qui quadrado (χ^2) entre as variáveis, uma vez que se tratam de variáveis nominais (escala de isolamento, queixas somáticas, ansiedade depressão, comportamento delinvente e comportamento agressivo e estrutura relacional) e ordinais (coesão e hierarquia).

Quanto à segunda questão, para verificar se as práticas educativas inadequadas estão relacionadas com os problemas de comportamento internalizante e externalizante, foi calculado o coeficiente de correlação ponto biserial (r_{pb}), dado que se tratava de testes de associação entre uma variável nominal dicotómica (as escalas que caracterizam os problemas de internalização têm duas categorias, clínico e normal) e uma variável intervalar (resultados totais das práticas inadequadas).

No que diz respeito à terceira questão, para analisar as diferenças entre as famílias constituintes da amostra ao nível coesão e hierarquia, foram efetuados testes de diferença, nomeadamente testes de Mann-Whitney (Z) para averiguar se as ordens médias de dois grupos independentes ao nível das dimensões supracitadas (variáveis ordinais) diferem. Assim, foi feito este teste de acordo com as perspetivas dos pais e dos filhos.

Em relação à quarta questão, que pretende averiguar as diferenças entre as famílias ao nível das práticas educativas utilizadas pelos progenitores, a análise exploratória dos dados, revelou não estarem cumpridos os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos (teste t para amostras independentes). Assim, recorreremos ao teste não paramétrico correspondente, teste de Mann-Whitney.

3. Resultados

De forma a proporcionar uma melhor compreensão da distribuição da amostra (tabela 1) apresentam-se as percentagens relativas aos 60 adolescentes, nas várias síndromas dos problemas de comportamento internalizante e externalizante em função do sexo e do grupo que se encontram inseridos de forma a obter dados que nos permitam conhecer a prevalência dos problemas de comportamento assim como a sua gravidade.

Tabela 1

Percentagens relativas às síndromas dos problemas de comportamento em função do sexo dos adolescentes e do grupo.

		Sexo		Grupo	
		Feminino	Masculino	G1	G2
Isolamento	Clínico	4(20%)	5 (12.50%)	8(26.70%)	1(3.30%)
	Normal	16 (80%)	35(87.50%)	22(73.30%)	29(96.70%)
Queixas somáticas	Clínico	4(20%)	2(5%)	3(10%)	3(10%)
	Normal	16(80%)	38(95%)	27(90%)	27(90%)
Ansiedade/depressão	Clínico	4(20%)	5(12.50%)	5(16.70%)	4(13.30%)
	Normal	16(80%)	35(87.50%)	25(83.30%)	26(86.70%)
Comportamento delinquente	Clínico	1(5%)	7(17.50%)	7(23.30%)	1(3.30%)
	Normal	19(95%)	33(82.50%)	23(76.70%)	29(96.70%)
Comportamento agressivo	Clínico	4(20%)	3(7.50%)	5(16.70%)	2(6.70%)
	Normal	16(80%)	37(92.50%)	25(83.30%)	28(93.30%)

Dos sintomas de isolamento, do sexo feminino 4 (20%) pertencem aos casos clínicos e 16 (80%) pertencem aos casos normais, enquanto no sexo masculino, 5 (12.50 %) são casos clínicos, 35 (87.50 %) são casos normais. Quanto ao grupo, no G1 8 (26.70%) são casos clínicos e 22 (73.30%) são casos normais, enquanto no G2, 1 (3.30%) são casos clínicos e 29 (96.70%) são normais.

Nas queixas somáticas, no sexo feminino 4 (20%) são casos clínicos e 16 (80%) são casos normais, enquanto que no sexo masculino 2 (5%) são casos clínicos e 38 (95%) são casos normais. Relativamente ao G1, 3 (10%) são casos clínicos e 27 (90%) casos normais, enquanto no G2, verificam-se as mesmas percentagens.

Quanto à ansiedade/depressão, no sexo feminino 4 (20%) são casos clínicos e 16 (80%) são casos normais, enquanto no sexo masculino 5 (12.5%) são casos clínicos e 35 (87.5%) são normais. Quanto ao grupo, no G1 5 (16.7%) são casos clínicos e 25 (83.3%) são normais, enquanto no G2 4 (13.3%) são casos clínicos e 26 (86.7%) são normais.

Na síndrome do comportamento delinquente, no sexo feminino 1 (5%) caso é clínico e 19 (95%) são normais, enquanto no sexo masculino 7 (17.5%) são clínicos e 33 (82.5%) são normais. No que se refere ao grupo, no G1, 7 (23.3%) são casos clínicos e 23 (76.7%) são casos normais, enquanto no G2, 1(3.3%) é caso clínico e 29(96.7%) dos casos são normais.

Por último, o comportamento agressivo, no sexo feminino 4 (20%) são casos clínicos e 16 (80%) normais, enquanto no sexo masculino, 3 (7.5%) são casos clínicos e 37 (92.5%) normais. Quanto ao grupo, no G1, 5 (16.7%) são casos clínicos e 25 (83.3%) são normais, enquanto no G2, 2 (6.7%) são casos clínicos e 28 (93.3%) são normais.

Para averiguar a relação entre as síndromas dos problemas de comportamento internalizante e externalizante ao nível da coesão, hierarquia e estrutura relacional na perspetiva dos filhos, procedeu-se ao teste do Qui quadrado com o respetivo grau de liberdade (df) e frequências (tabela 2).

Tabela 2

Análise de frequências e teste Qui Quadrado (χ^2) da coesão, hierarquia e estrutura relacional para os casos clínicos e normais dos problemas de comportamento internalizante e externalizante na perspetiva dos filhos.

	Frequência		Coesão		Hierarquia		Estrutura relacional	
	Clínico	Normal	χ^2	df	χ^2	df	χ^2	Df
Isolamento	9 (15%)	51 (85%)	.316	2	6.419⁺	3	.452	2
Queixas somáticas	6 (10%)	54(90%)	2.195	2	1.168	3	1.037	2
Ansiedade	9 (15%)	51 (85%)	2.313	2	4.746	3	6.166*	2
depressão								
Comportamento	8(13.3%)	52(86.7%)	.277	2	7.877*	3	3.132	2
delinquente								
Comportamento	7 (11.7)	53(88.3%)	3.454	2	1.041	3	.189	2
agressivo								
Internalização	7(11.7%)	53(88.3%)	.090	2	8.305*	3	1.520	2
Externalização	9(15%)	51(85%)	.316	2	2.104	3	2.670	2

Nota: ⁺ p < .10, *p < .05

Os resultados do quadro indicam que não existe associação entre a coesão percebida da família e os problemas de comportamento internalizante e externalizante, na perspetiva dos filhos. Quanto à hierarquia existe uma associação significativa com o total da internalização, em que nos casos clínicos 3 (42.9%) classificam a hierarquia como sendo média e 3 (42.9%) como alta, enquanto nos casos normais a maioria 29(54.7%) classifica como sendo média. Verifica-se ainda uma associação marginalmente significativa com a síndrome de isolamento. Nos casos clínicos da síndrome de isolamento, a maioria (66.7%) tende a classificar a hierarquia como sendo média, nos casos normais a maioria (51%) tende a representar a hierarquia como sendo média.

Apesar de não existir associação entre a hierarquia e os problemas de comportamento externalizado, o comportamento delinquente tem uma associação significativa com a hierarquia. Nos casos clínicos a maioria (50%) representou a hierarquia como sendo alta e nos casos normais a maioria (55.8%) representou média.

Por fim, não existe uma associação entre a estrutura relacional e os problemas de comportamento internalizante e externalizante. No entanto existe uma associação significativa entre a estrutura relacional e a síndrome de ansiedade depressão. Nos casos clínicos, a maioria (55.6%) classificou a estrutura relacional como instável e nos casos normais a maioria (45.1%) classificou como desequilibrada.

Quando se procura verificar o comportamento das mesmas variáveis na perspetiva dos pais (tabela 3), verifica-se que existe uma associação marginalmente significativa entre as queixas somáticas e a coesão. Enquanto nos casos clínicos da síndrome de queixas somáticas a maioria (66.7%) tende a classificar a coesão como baixa, nos casos normais a maioria (59.3%) representa como alta.

Tabela 3

Teste Qui Quadrado χ^2 da coesão, hierarquia e estrutura relacional para os casos clínicos e normais dos problemas de comportamento internalizante e externalizante na perspetiva dos progenitores.

	Coesão		Hierarquia		Estrutura relacional	
	χ^2	df	χ^2	df	χ^2	df
Isolamento	4.108	2	.972	2	7.059*	2
Queixas somáticas	4.781⁺	2	5.030⁺	2	2.130	2
Ansiedade/depressão	4.108	2	.120	2	1.503	2
Comportamento delinquente	1.652	2	1.165	2	.505	2
Comportamento agressivo	11.77**	2	3.294	2	3.396	2
Internalização	.652	2	1.309	2	2.183	2
Externalização	2.801	2	.120	2	.196	2

Nota: ⁺p < .10, *p < .05, **p < .01

Quanto aos problemas de externalização, nomeadamente o comportamento agressivo, existe uma associação significativa com a coesão. Nos casos clínicos, a maioria (85.7%) classifica a coesão como baixa, nos casos normais a maioria (60.4%) classifica como alta.

Relativamente à hierarquia, esta apresenta uma associação marginalmente significativa com a síndrome de queixas somáticas. Nos casos clínicos, a maioria (50%) tende a classificar a hierarquia como sendo baixa, nos casos normais a maioria (51.9%) tende a classificar como sendo média.

Por fim, existe associação significativa entre a estrutura relacional e a síndrome de isolamento. Enquanto nos casos clínicos a maioria (66.7%) classifica a estrutura relacional como sendo desequilibrada, nos casos normais a maioria (47.1%) classifica como sendo equilibrada.

Quanto à relação entre os problemas de comportamento internalizante e externalizante ao nível das práticas educativas inadequadas, apresentam-se os resultados (tabela 4) a partir do teste do coeficiente de correlação ponto biserial.

Tabela 4

Coefficiente de correlação Ponto Bisserial (r_{pb}) entre as práticas educativas inadequadas e os problemas de comportamento.

	Práticas inadequadas não abusivas	Práticas punitivas	Práticas emocionalmente abusivas	Práticas fisicamente abusivas
Isolamento	-0.150	-.326**	-0.035	-.323*
Queixas somáticas	-0.163	-.244+	-0.148	-0.187
Ansiedade/ depressão	-0.057	-0.106	-0.065	-0.009
Comportamento delincente	-.289*	-0.178	-.449***	-.293*
Comportamento agressivo	0.028	-0.178	-0.105	-0.107

Nota: * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Não há correlação entre os problemas de comportamento internalizante e as práticas educativas inadequadas não abusivas. Há uma correlação negativa significativa entre a síndrome de isolamento do comportamento internalizante e as práticas punitivas. Assim, maior recurso a estas práticas está associado a casos clínicos desta síndrome.

Quanto à síndrome de queixas somáticas, há uma correlação negativa marginalmente significativa com as práticas punitivas. Assim, um maior recurso a estas práticas tendem a estarem associados a casos clínicos desta síndrome.

Relativamente às práticas fisicamente abusivas, existe uma correlação negativa significativa com a síndrome de isolamento. Assim, maior recurso a estas práticas está associado a casos clínicos desta síndrome.

Quanto às síndromas que fazem parte dos problemas de externalização, existe uma correlação negativa significativa entre o comportamento delincente e as práticas inadequadas não abusivas. Assim, a um maior recurso a estas práticas está associado a casos clínicos desta síndrome.

Nas práticas emocionalmente abusivas, existe uma correlação negativa significativa com o comportamento delincente. Assim, um maior recurso a estas práticas está associado a casos clínicos.

Por fim, as práticas fisicamente abusivas estão correlacionadas negativamente com a síndrome do comportamento delincente. Um maior recurso a estas práticas está associado a casos clínicos desta síndrome.

No sentido de proceder à averiguação das diferenças entre as famílias de adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamentos desadequados e famílias de adolescentes sem processo de promoção e proteção instaurado ao nível da coesão e hierarquia familiar, procedeu-se ao teste de Mann Whitney na perspetiva dos filhos e progenitores (tabela 5).

Tabela 5

Teste diferenças Mann Whitney para os dois grupos na coesão e hierarquia.

	Coesão Familiar			Hierarquia Familiar		
	Ordem Média		Z	Ordem Média		Z
	G(1)	G(2)		G(1)	G(2)	
Perspetiva dos filhos	21.33	39.67	175.00****	29.50	31.50	420.00
Perspetiva dos progenitores	24.40	36.60	267.00**	25.05	35.95	286.50**

Nota: **p < .01, ***p < .001

Verificam-se diferenças significativas entre as famílias ao nível da coesão em ambas as perspetivas. As famílias com adolescentes não sinalizados relatam maior grau de coesão familiar.

Relativamente à hierarquia, constatou-se a existência de diferenças significativas entre os grupos apenas na perspetiva dos progenitores, não existindo diferenças entre os grupos na perspetiva dos filhos. As famílias com adolescentes não sinalizados relatam maior grau de hierarquia do que as famílias de adolescentes sinalizados.

De forma a verificar as diferenças entre as famílias constituintes da amostra ao nível das práticas educativas, recorreu-se ao teste Mann Whitney (tabela 6), constatando-se diferenças significativas entre as famílias com adolescentes sinalizados e famílias com adolescentes não sinalizados ao nível das práticas educativas utilizadas pelos progenitores.

Tabela 6

Teste diferenças Mann Whitney para os dois grupos nas práticas educativas inadequadas

		N	Ordem média	Z
Práticas inadequadas não abusivas	G1	30	33.03	374.00
	G2	30	27.97	
Práticas punitivas	G1	30	36.58	267.50**
	G2		24.42	
Práticas emocionalmente abusivas	G1	30	34.18	339.50⁺
	G2	30	26.82	
Práticas fisicamente abusivas	G1	30	35.28	306.50**
	G2	30	25.72	

Nota: ⁺ p < .10, **p < .01

Quanto às práticas inadequadas, assinalam-se diferenças significativas entre os grupos nas práticas punitivas e práticas fisicamente abusivas. Verificam-se ainda diferenças marginalmente significativas entre os grupos ao nível das práticas emocionalmente abusivas.

Assim, as famílias de adolescentes sinalizados relatam maior recurso a práticas punitivas e fisicamente abusivas do que as famílias com adolescentes não sinalizados e tendem a relatar um maior recurso a práticas emocionalmente abusivas.

4. Discussão dos resultados

A adolescência é um período de mudança e crescimento para os adolescentes e respetivas famílias e, embora tenha sido tradicionalmente considerada como um período conturbado e de assunção de riscos, atualmente esta conceitualização é mais exceção do que regra (Steinberg, 2001). Tal como constatado no presente estudo, as expressões de internalização e externalização não são especialmente problemáticas, situando-se maioritariamente num nível normativo, não configurando casos clínicos.

Neste estudo, as dificuldades comportamentais e emocionais na adolescência foram classificadas como condutas de internalização (isolamento, queixas somáticas e ansiedade depressão) e externalização (comportamento agressivo e delinquente). Ambas, na sua generalidade, aumentam a sua prevalência durante a adolescência (Moffitt, 1993), o que não foi, contudo, constatado neste estudo. Da mesma forma, a diferença de género extensamente documentada pela literatura no que respeita a manifestações psicopatológicas, atribuindo às raparigas mais sintomas de internalização e aos rapazes mais sintomas de externalização, também não se verificou nesta pesquisa.

Relativamente aos problemas de internalização, a investigação neste domínio demonstra que a síndrome de isolamento tem um aumento da infância para a adolescência, devido à independência dos pais e aproximação com os pares (Alsaker, 1996). Estes autores sugerem ainda que os níveis são mais acentuados para o sexo feminino, o que foi confirmado por um estudo longitudinal que abrangeu crianças desde os 4 anos até aos 18 anos, de Keiley, Bates, Dodge e Pettit (2000). Estes resultados remetem para as diferenças nas trajetórias de desenvolvimento de ambos os sexos, incluindo a puberdade e diferentes estilos de coping (Zahn-Waxler, Klimes-Dougan, Slattery &, 2000), o que pode explicar a pequena diferença entre o sexo feminino e masculino.

Nas queixas somáticas, encontramos trajetórias diferentes para o sexo feminino e masculino, sendo superior nas raparigas, corroborando assim o estudo de Eminson, Benjamin, Shortall e Woods (1996). Segundo Rief, Hessel, e Braehler, (2001), este aumento pode ser um precursor da frequência das mesmas na idade adulta.

No que se refere à ansiedade / depressão, no presente estudo verificou-se a diferença de um ponto percentual entre o sexo feminino e masculino, sendo que os rapazes apresentam a vantagem. Estes resultados contrariam os resultados de Bongers, Koot, Van der Ende e Verhulst (2003) que, através de um estudo longitudinal com 2076 crianças dos 4 aos 18 anos, encontraram um decréscimo a partir dos 10 anos nos rapazes e um aumento nas raparigas. No nosso estudo, os efeitos dos informantes podem explicar estas diferenças, uma vez que muitos destes sintomas permanecem em segredo, sendo os adolescentes melhores informantes do que os progenitores.

Relativamente à externalização, segundo Tremblay (2000), o comportamento agressivo diminui durante o desenvolvimento, ou seja, espera-se um declínio deste comportamento, no entanto com níveis mais elevados para o sexo masculino. Neste estudo, o sexo feminino apresentou maior percentagem de comportamentos agressivos, apesar de ser por um ponto percentual, nos casos clínicos, o que pode ser explicado pelas diferenças do contexto social, pelas relações com os pares, sendo este um poderoso fator de risco para a conduta do adolescente (Laird, Jordan, Dodge, Pettit & Bates, 2001), pela exposição precoce à violência na televisão, que também é um fator de risco para o comportamento agressivo dos adolescentes (Huesmann, Moise-Titus, Podolski, & Eron, 2003), entre outros fatores. Apesar dos avanços substanciais realizados nesta área de investigação, uma das limitações tem sido o foco, em exclusivo, em formas de agressão que são típicas nos rapazes, mas relativamente raras em raparigas, tendo sido identificada uma forma de agressão voltada para a relação, que é mais característica das raparigas (French, Jansen & Pidada, 2002).

Por fim, o comportamento delinvente, nesta pesquisa, é significativamente mais expressivo no sexo masculino do que no feminino, relativamente aos casos clínicos. No entanto, e como confirmado por outros estudos, a maioria dos adolescentes não comete atos delinquentes durante a adolescência, (Moffitt, Caspi, Dickson, Silva, & Stanton, 1996; Nagin & Tremblay, 1999), tendo o sexo masculino maior expressão que o sexo feminino.

Assim, atendendo ao objetivo desta pesquisa em verificar a frequência dos problemas de comportamento e as diferenças de género, pode-se afirmar que o período da adolescência não é sinónimo de desajustamento psicológico, não tendo sido possível corroborar as diferenças de género, com os estudos que foram mencionados, nomeadamente ao nível dos problemas de internalização. Quanto à inexistência de uma percentagem significativa de casos clínicos no que concerne aos problemas de comportamento, pode ser explicado também pelo fenómeno da vulnerabilidade e resiliência, dado que estes conceitos explicam porque alguns adolescentes desenvolvem problemas de comportamento e outros não, mesmo quando vivem na mesma família e são expostos a condições ambientais similares (O'Connor & Dunn, 2001).

Outro objetivo deste estudo passou por compreender a relação entre os problemas de comportamento internalizante e externalizante e a coesão, sendo esta dimensão importante na previsão do ajustamento psicológico dos adolescentes (Street, Harris-Britt, & Walker-Barnes, 2009). No entanto, somente na perspetiva dos progenitores foi constatada uma associação marginalmente significativa entre a coesão e uma das síndromas dos problemas de comportamento internalizante, nomeadamente as queixas somáticas. Quanto à associação dos problemas de comportamento externalizado à coesão, constatou-se uma associação significativa com o comportamento agressivo, em que os casos clínicos relatam níveis de coesão baixos, enquanto os casos normais relatam níveis de coesão mais altos. Esta associação é suportada pela literatura, pois, de acordo com vários estudos, as interações familiares de baixa qualidade tem influência no desenvolvimento de comportamentos agressivos (Boon, 2008; Kumpfer & Alvarado, 2003, cit. por Guimarães *et al.*, 2009; Yu, Shi, Huang, & Wang, 2006), enquanto que as famílias com relacionamentos adequados podem ser consideradas como um fator de proteção (Costello, Rose, Swendsen, & Dierker, 2008; Kapi, Veltsista, Kabadias, Lekea & Bakoula 2007). Assim, uma maior proximidade na relação pais-filhos está fortemente associada a menores níveis de comportamentos desajustados nos adolescentes.

No presente estudo, os resultados de um modo geral indicam que alguns sintomas internalizantes e externalizantes dos adolescentes estão relacionados, ainda que com relações fracas, com as relações familiares de baixa qualidade; no entanto, as interações de baixa qualidade podem estar presentes desde a infância e só se manifestarem problemas de comportamento na adolescência, não estando objetivamente ligadas ao período da adolescência. De acordo com os resultados, o facto de não existir uma associação significativa para todas as síndromas pertencentes aos problemas internalizantes e externalizante pode ser explicado pelo origem multicausal destes, e não somente devido à coesão.

Quanto à associação entre a hierarquia e os problemas de comportamento internalizante e externalizante, na perspectiva dos filhos, verificou-se uma associação marginalmente significativa com a síndrome do isolamento e uma associação significativa com a síndrome do comportamento delincente. Nesta dimensão da estrutura familiar, os casos clínicos pontuam a hierarquia como alta e os adolescentes dos casos normais como média, exceto na correlação da hierarquia com a síndrome de isolamento, em que tanto os casos normais como clínicos tendiam a representar a hierarquia como média. No entanto, apesar dos níveis extremos de hierarquia estarem associados a comportamentos delinquentes, não é possível generalizar para os comportamentos externalizados, devido às várias relações que podem existir com outros fatores com maior influência sobre estes comportamentos que, segundo Farrington, (2002), podem atuar a um nível individual, familiar, dos pares, escolar e da comunidade.

Na perspectiva dos progenitores existe uma associação entre a hierarquia com a síndrome de queixas somáticas, evidenciando que nos casos clínicos a maioria dos progenitores a classifica como baixa, enquanto nos casos normais a maioria a classifica como média. Assim, é possível constatar quanto à hierarquia que os casos normais não pontuam no extremo desta dimensão e sim num nível médio. Estes resultados são em parte corroborados por Ghering (1993), cujas amostras clínicas apresentavam valores extremos na hierarquia (alta ou baixa), apresentando relações hierarquicamente desequilibradas (igualitárias ou muito hierarquizadas).

Desta forma, a dimensão de hierarquia funciona como fator de proteção no comportamento delincente, que satura na externalização, não tendo o mesmo impacto ao nível dos problemas de internalização, dado que só existem associações marginalmente significativas entre a síndrome de queixas somáticas e de isolamento. No período da adolescência, os progenitores não devem assim abdicar da sua autoridade, desde que respeitem a integridade do adolescente e as mudanças que ocorrem a vários níveis do seu desenvolvimento. Neste estudo entende-se por adequado um nível médio de hierarquia, uma vez que os casos normais avaliaram a hierarquia da sua família como média, em detrimento da baixa ou alta.

De forma a avaliar a combinação entre a coesão e hierarquia, constatou-se que na perspectiva dos filhos não existe associação entre a estrutura relacional e os problemas de internalização e externalização, existindo apenas uma associação significativa entre a síndrome de ansiedade/depressão. Nos casos clínicos, a maioria dos adolescentes avaliaram a estrutura relacional como instável, enquanto nos casos normais, a maioria a considerou como desequilibrada. Neste estudo, foi possível observar maior prevalência nos casos normais de uma coesão alta e hierarquia alta, enquanto nos casos clínicos se observou maior prevalência de uma coesão média e hierarquia alta ou coesão baixa e hierarquia média. Foi ainda notória uma hierarquia alta dos progenitores em relação aos filhos, daí ser considerada uma estrutura desequilibrada nos casos normais.

No que se refere à perspectiva dos progenitores, é evidente a associação entre a estrutura relacional com uma síndrome de isolamento, onde a maioria dos casos clínicos classifica a estrutura relacional como desequilibrada e os casos normais como equilibrada.

Outro dos objetivos passou por averiguar as diferenças entre as famílias ao nível das dimensões da estrutura familiar, tendo-se verificado ao nível da coesão diferenças significativas segundo a perspectiva dos filhos e dos progenitores. Assim, as famílias com adolescentes não sinalizados relatam maior grau de coesão familiar, ou seja, quanto mais o adolescente percebe o ambiente familiar como coeso, menor é a sua predisposição para apresentar problemas internalizantes e externalizantes, uma vez que a maior percentagem de problemas de comportamento recai sobre as famílias com adolescentes sinalizados. Assim, os problemas de comportamento podem ser identificados como sinalizadores de um perturbação do ambiente familiar apesar da relação com apenas alguns síndromas do comportamento internalizante e externalizante.

Relativamente à hierarquia, apenas se verificaram diferenças na perspectiva dos progenitores, que apontam no sentido de as famílias não sinalizadas perceberem maior grau de hierarquia do que as famílias com adolescentes com processo de promoção e proteção, o que mais uma vez revela o que foi mencionado acima, quanto às considerações sobre a hierarquia classificada como alta nos casos normais.

No que diz respeito ao comportamento dos adolescentes, em termos gerais, os resultados empíricos evidenciam a existência de uma ligação ao (in)sucesso escolar (Boon, 2008; Santos & Graminha, 2005). Este estudo corrobora este dado, pois são nas famílias com adolescentes sinalizados que se verificam maior percentagem dos casos clínicos, e a este aspeto pode estar associado o rendimento escolar. De acordo com a caracterização do percurso escolar dos adolescentes das famílias com adolescentes sinalizados, são estes adolescentes que têm um maior número de retenções, assim como de processos disciplinares, confirmando assim os dados do estudo de Boon (2008) e de Santos e Graminha (2005), podendo ser referido que apesar da percentagem dos problemas de comportamento não ser significativa em toda a amostra, nos casos clínicos existentes, aos quais maioritariamente pertencem os adolescentes com processo de promoção e proteção, os problemas de internalização e externalização podem originar dificuldades académicas. A par disto está a coesão e a sua importância no desempenho académico dos adolescentes, sendo esta associação positiva, ou seja, quanto maior o suporte entre os membros da família, mais elevado é o desempenho académico dos adolescentes (Annunziata, Hogue, Faw, & Liddle, 2006; Boon, 2008). Esta relação é parcialmente comprovada neste estudo pela associação entre a coesão e as famílias de adolescentes sem processos de promoção e proteção, onde são expressos níveis elevados de coesão, menor número de retenções e fraca expressividade dos processos disciplinares. Ainda de acordo com esta linha de pensamento, Boon (2008) revela que níveis mais elevados de coesão familiar antevêm menores níveis de comportamentos problemáticos no contexto escolar, o que mais uma vez corrobora os dados deste estudo, dado que a maior parte das sinalizações são provenientes da escola, com adolescentes que manifestam comportamentos antissociais ou de indisciplina.

Outra variável importante na compreensão dos problemas de comportamento são as práticas educativas, que se traduzem na comunicação entre os progenitores e adolescentes. Segundo Barker (2000), a comunicação é considerada a dimensão facilitadora, uma vez que é essencial para que o sistema familiar possa evoluir em termos

de coesão e hierarquia, sendo por isso as práticas consideradas preditivas do funcionamento dos adolescentes (Clark, Novack & Dupree, 2002), moldando o seu comportamento em diferentes contextos.

Neste sentido, os resultados do presente estudo ao nível dos problemas de internalização apontam para a existência de uma correlação negativa entre a síndrome de isolamento com as práticas punitivas (como, por exemplo, bater no rabo com um objeto duro) e fisicamente abusivas (como, por exemplo, causar ferimentos), ou seja, um maior recurso a estas práticas está associado aos casos clínicos desta síndrome. Com uma correlação negativa marginalmente significativa surge a síndrome de queixas somáticas com as práticas punitivas. Assim, a punição física tem um maior número de correlações com os problemas de internalização, continuando a ser legitimada socialmente o que é preocupante uma vez que conduzem um modelo de self caracterizado pela perceção desvalorizada da imagem e pela visão negativa do mundo interpessoal (Lochman, Whidby & Fitzgerald, 2000). O desconhecimento ou incapacidade parental podem explicar a dificuldade de recurso a estratégias disciplinares alternativas (Machado, Gonçalves & Via-Lobos, 2000, cit por Machado et al., 2007).

Convém salientar que apesar da correlação existente em termos das práticas punitivas, não significa que os progenitores que recorrem a estas tenham adolescentes com problemas de comportamento, porque os pais utilizam outras estratégias mais adequadas que compensam ou diluem os efeitos negativos, o que também pode ser explicado pela inexistência de associação das práticas punitivas com todas as síndromas de problemas de comportamento. Este estudo indica, tal como outros, que os adolescentes não são destinatários passivos do comportamento dos pais, mas são participantes ativos nestas interações.

Quanto às diferenças entre os grupos ao nível das práticas educativas utilizadas, constata-se diferenças significativas entre as famílias com adolescentes sinalizados e famílias com adolescentes não sinalizados. Assim, as famílias de adolescentes sinalizados apresentam maior recurso a práticas punitivas e fisicamente abusivas do que as famílias com adolescentes não sinalizados e tendem a mencionar um uso mais extensivo de práticas emocionalmente abusivas.

Ou seja, como os casos clínicos de problemas de comportamento internalizante e externalizante tem maior expressão no grupo de famílias com adolescentes com processo de promoção e proteção, as práticas educativas inadequadas podem ser encaradas como um forte preditor dos problemas de comportamento externalizante, nomeadamente o comportamento delinvente. Contudo não é possível afirmar que as práticas inadequadas são um fator de risco para problemas de comportamento, uma vez que estas não estavam correlacionadas com todas as síndromas.

Considerações gerais

O desenvolvimento dos seres humanos ocorre num processo contínuo através do tempo e em contextos variados, onde uma multiplicidade de fatores pode conduzir ao aparecimento dos problemas de comportamento. No entanto, e atendendo ao período da adolescência, a visão deficitária desta fase não foi comprovada e os casos clínicos dos sintomas dos comportamentos internalizantes e externalizantes, estavam presentes numa percentagem diminuta, sendo possível constatar que a adolescência não é um período de risco.

Com base nos dados não podemos concluir que as variáveis analisadas estejam diretamente relacionadas com a manifestação de problemas de comportamento, dada a coexistência de vários fatores, pois apesar de diversos fatores ambientais estarem associados com a emergência de problemas de comportamento, incluindo as práticas parentais, interação familiar e coesão, estrutura familiar e nível socioeconômico, acontecimentos de vida da família, psicopatologia parental, conflitos conjugais e rejeição dos pares (Miller-Johnson, Coie, Maumary-Grmaud, & Bierman, 2002), não podemos generalizar a associação entre a coesão e hierarquia, ao nível dos problemas de comportamento internalizante e externalizante, uma vez que não existiram associações significativas para todos os síndromas.

Desta forma, os problemas de comportamento apresentados pelos adolescentes participantes no estudo devem ser compreendidos sob diferentes perspectivas, incluindo as influências do macrosistema a que pertencem e o significado dos comportamentos manifestados dentro do grupo de pares, sem esquecer que neste período prevalecem diferentes formas de expressão, que podem incluir por exemplo comportamentos delinquentes, aspetos estes que ficaram por analisar, uma vez que não foram incluídos.

Quanto ao instrumento que permitiu avaliar as dimensões de coesão e hierarquia o FAST, é sem dúvida essencial para uma melhor compreensão da dinâmica e características do sistema familiar, nomeadamente na percepção do distanciamento observado no interior das famílias e da hierarquia entre os membros da família. Possibilita-se assim uma visão do modo como os envolvidos percebem as relações familiares, criando espaço para a consciencialização do que pode mudar para, por exemplo, aproximar um pai de um filho, facilitando até aos adolescentes e respetivos progenitores a abordagem de aspetos menos positivos do sistema familiar. Desta forma pode ser este um instrumento a considerar para intervenção. No entanto, existem limitações na utilização do mesmo como, por exemplo, o uso dos blocos que sinalizam a hierarquia e a respetiva percepção da mesma, ou seja, maioritariamente eram colocados os blocos possíveis, pois na perspectiva dos adolescentes e progenitores, o poder reside maioritariamente sobre a figura do progenitor/a, sem que isso corresponda a uma estrutura excessivamente hierarquizada. Outra limitação é relativa à forma como a coesão é classificada, pois, dependendo da posição das figuras em lados adjacentes ou diagonais, a classificação variava de alta para média, o que por vezes poderia não ter esse significado.

Destaca-se desta forma, ao nível das famílias com adolescentes que têm processo de promoção e proteção, a necessidade e a importância de ações voltadas não só para os adolescentes como também para as famílias. As diferenças das famílias ao nível da coesão podem indicar que a aproximação afetiva pode constituir um ponto de viragem para o bem-estar e relacionamento das mesmas, o que também se tornou evidente, no contexto da aplicação do FAST aquando das diferenças da coesão da situação típica para a ideal, onde as famílias com adolescentes sinalizadas idealizavam uma maior coesão, aspetos que não foram abordados neste estudo.

Assim, vários aspetos poderão ser trabalhados no microsistema das famílias, como a promoção do estabelecimento da comunicação assertiva e clara; a coesão, desenvolvendo uma aproximação emocional nos membros do sistema familiar; a qualidade parental, através do conhecimento sobre desenvolvimento do adolescente e das práticas educativas. O estudo contribuiu (poderá contribuir) para uma possível reflexão sobre os recursos e potencialidade de algumas dimensões do sistema familiar, oferecendo um novo olhar sobre alguns

pontos a desenvolver na intervenção a efetuar aos adolescentes com processo de promoção e proteção por comportamento desadequados.

Quanto às limitações, para além das referidas quanto ao instrumento, salienta-se o facto de existirem poucos estudos cujo foco seja a coesão e hierarquia nas diferentes perspetivas dos membros e que englobem as influências ao nível da família, escola e pares no mesmo estudo, de forma a averiguar a relação entre mais variáveis; e da amostra, dada a falta de representatividade derivada do processo de amostragem e dos informantes sobre os problemas de comportamento. A influência da hierarquia nos problemas de comportamento, segundo este instrumento, necessita de outros estudos, dado o défice existente a este nível, assim como estudos que abordem a relação entre o funcionamento familiar, nomeadamente ao nível da coesão familiar, e as manifestações comportamentais em adolescentes portugueses. No que diz respeito à limitação apontada quanto às diferenças nas perspetivas sobre o sistema familiar, de acordo com Gehring e Marti (1993), os progenitores e os filhos podem perceber distintamente os seus relacionamentos, em função dos respetivos papéis, experiências e investimento no microsistema, o que foi comprovado por este estudo face às diferentes perspetivas da coesão, hierarquia e estrutura relacional. No entanto, estas diferenças podem ter outras explicações, nomeadamente pela falta de reciprocidade e de união que caracteriza o bom funcionamento familiar.

Por fim, as aprendizagens que retiro superam as limitações, tendo este estudo colmatado a visão negativa associada a este período em termos de problemas de comportamento e a consciencialização de que apesar das influências familiares serem preponderantes, o adolescente é um sujeito ativo no seu desenvolvimento, podendo outras influências tornarem-se mais dominantes no desajustamento psicológico dos adolescentes e a família o agente restabelecedor do equilíbrio e segurança.

Referências bibliográficas

- Achenbach, T. M. (1991). *Manual for the Child Behavior Checklist/4-18 and 1991 Child Profile*. Burlington: University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Adams, G.R., & Berzonsky, M.D. (Eds). (2003). *Blackwell Handbook of Adolescence*. Blackwell Publishing: Oxford.
- Alarcão, M. (2000). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra, Quarteto Editores.
- Alsaker, F. D. (1996). Annotation: The impact of puberty. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 37 (3), 249-258. doi: 10.1111/j.1469-7610.1996.tb01403.x
- American Psychiatric Association (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais: 4ª edição revista (DSM IV-TR)*. Climepsi Editores: Lisboa.
- Annunziata, D., Hogue, A., Faw, L., & Liddle, H. A. (2006). Family Functioning and School Success in At-Risk, Inner-City Adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 35 (1), 105 - 113. doi: 10.1007/s10964-005-9016-3
- Barker, P. (2000). *Fundamentos da Terapia familiar*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bohanek, M. A., Marin, K. A., Fivush, R., & Duke, M. P. (2006). Family Narrative Interaction and Children's Sense of Self. *Family Process*, 45 (1), 39 - 45. doi: 10.1111/j.1545-5300.2006.00079.x

- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: Uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7 (2), 227-235. Recuperado de <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=26170204>
- Bolsoni-Silva, A., & Del Prette, A. (2003). Problemas de comportamento: um panorama da área. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5 (2), 91-103. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1517-55452003000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Bongers, I. L., Koot, H. M., Van der Ende, J. & Verhulst, F. C. (2003). The Normative Development of Child and Adolescent Problem Behavior. *Journal of Abnormal Psychology*, 112 (2), 179-192. doi: 10.1037/0021-843X.112.2.179
- Boon, H. J. (2008). *Family, motivational and behavioural links to Indigenous Australian adolescents' achievement* (pp. 1-18). Recuperado de <http://eprints.jcu.edu.au/2048/1/boo07027.pdf>
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.). *Handbook of Child Psychology: Theoretical Models of Human Development* (5^a ed., vol.1, pp.992-1028). New York: Wiley.
- Canino, G., Shrout, P., & Rubio-Stipec, M. (2004). The DSM-IV rates of child and adolescent disorders in Puerto Rico. *Archives of General Psychiatry*, 61 (1), 85-93. doi: 10.1001/archpsyc.61.1.85
- Ceballos E., & Rodrigo, M. J. (2003). Las metas y estrategias de socialización entre padres e hijos. In M. J. Rodrigo e J. Palacios (Coord.), *Familia y desarrollo humano* (4^a ed., pp. 225-244). Madrid: Alianza Editorial.
- Clark, R., Novak, J. D., & Dupree, D. (2002). Relationship of perceived parenting practices to anger regulation and coping strategies in African-American adolescents. *Journal of Adolescence*, 25 (4), 373-384.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. (2011). *Relatório Anual de avaliação da atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco em 2011*. Lisboa: Instituto de desenvolvimento social. Recuperado de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3795&m=PDF
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. (2012). *Atividade processual das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no primeiro semestre de 2012*. Lisboa: Instituto de desenvolvimento social. Recuperado de http://www.cnpcjr.pt/downloads/Relatorio_semestral_2012-Final.pdf
- Costello, D. M., Rose, S., Swendsen, J., & Dierker, L. C. (2008). Risk and protective factors associated with trajectories of depressed mood from adolescence to early adulthood. *Journal of Consulting & Clinical Psychology*, 76 (2), 173-183. doi: 10.1037/0022-006X.76.2.173
- Crothers, C. (1994). *Robert K. Merton*. Oeiras : Celta Editora.

- De Antoni, C., Teodoro, M. L. M., & Koller, S. H. (2009). Coesão e hierarquia em famílias fisicamente abusivas. *Universitas Psychologica*, 8 (2), 399-411. Recuperado de <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=64712165009>
- Dessen, M. A., & Polonia, A. C. (2007). A família e a escola como contexto de desenvolvimento humano. *Paidéia*, 17 (36), 21-32. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>
- Dessen, M., & Szelbracikowski, A. (2007). Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: revisão de literatura. *Psicologia em Estudo*, 12 (1), 33-40. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n1/v12n1a04.pdf>
- Emery, R. E. (1999). *Marriage, Divorce, and Children's Adjustment* (2^a ed.). Newbury Park, CA: Sage Publications.
- Eminson, M., Benjamin, S., Shortall, A., & Woods, T. (1996). Physical symptoms and illness attitudes in adolescents: An epidemiological study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 37 (5), 519–528. doi: 10.1111/j.1469-7610.1996.tb01438.x
- Erikson, E. (1968). *Identity, Youth and Crisis*. New York: Norton.
- Fariz, M. D., Mias, C. D., & Moura, C. B. (2005). Comportamento agressivo e terapia cognitivo-comportamental na infância. In V. E. Caballo & M. A. Simón (Eds.), *Manual de Psicologia Clínica infantil e do adolescente* (pp. 57-75). São Paulo: Santos.
- Farrington, D. (1995). The challenge of teenage antisocial behavior. In Rutter, M. (Coord.), *Psychosocial disturbances in young people: Challenges for prevention* (pp. 83-130). Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Farrington, D.P. (2002). Developmental criminology and risk-focused prevention. In M. Maguire et al. (Eds.) *The Oxford Handbook of Criminology* (3rd ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Fonseca, A. C., Rebelo, J. A., Ferreira, A. G., Formosinho, M. D., Pires, C. L., & Gregório, M. H. (2000). A relação entre Comportamento Anti-Social e Problemas Emocionais em Crianças e Adolescentes: Dados de um estudo transversal e longitudinal. *Psychologica*, 24, 213-218.
- Fonseca, A. C., Simões, A., Rebelo, J. A., Ferreira, J. A. & Cardoso, F. (1994). Um inventário de comportamento: o Child Behavior Checklist de Achenbach (CBCL). *Psychologica*, 12, 53 - 78.
- Ford-Gilboe, M. (2000). Dispelling myths and creating opportunity: A comparison of the strengths of single-parent and two-parent families. *Advances in Nursing Science*, 23 (1), 41 - 58. Recuperado de <http://www.biomedsearch.com/nih/Dispelling-myths-creating-opportunity-comparison/10970038.html>
- French, D., Jansen, E., & Pidada, S. (2002). United States Indonesian children's and adolescents' reports of relational aggression by disliked peers. *Child Development*, 73 (4), 1143-1150.
- Gehring, T. M. & Marti, D. (1993). The architecture of family structures: Toward a spatial concept for measuring cohesion and hierarchy. *Family Process*, 32(1), 135-139. doi:10.1111/j.1545-5300.1993.00135.x
- Gehring, T.M. (1993). *Family-System-Test (FAST)*. Göttingen: Hogrefe & Huber Publishers.

- Gonçalves, M. M., & Simões, M. R. (2000). O modelo multiaxial de Achenbach (ASEBA) na avaliação clínica de crianças e adolescentes. In I. Soares (Ed.), *Psicopatologia do desenvolvimento: Trajectórias (in)adaptativas ao longo da vida* (pp. 43-87). Coimbra: Quarteto.
- Guimarães, P. B., Hochgraf, B. P., Brasiliano, S., & Ingberman, K. Y. (2009). Aspectos Familiares de meninas adolescentes dependentes de álcool e drogas. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36 (2), 69-74.
- Hoffman, M. (1975). Moral Internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11 (2), 228-239. doi: 10.1037/h0076463
- Hoffman, M. (1994). Discipline and Internalization. *Developmental Psychology*, 30, 26-28. doi: 10.1037/0012-1649.30.1.26
- Huesmann, L. R., Moise-Titus, J., Podolski, C. L., & Eron, L. D. (2003). Longitudinal relations between children's exposure to TV violence and their aggressive and violent behavior in young adulthood: 1977-1992. *Developmental Psychology*, 39 (2), 201-221.
- Instituto de Segurança Social (2011). *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (2011)*. Lisboa: Segurança Social. Recuperado de http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=37735&m=PDF
- Jeynes, W. (2002). *Divorce, Family Structure, and the Academic Success of Children*. New York: Haworth Press.
- Kandel, D. (1978). Homophily, selection, and socialization in adolescent friendships. *American Journal of Sociology*, 84, 427-436. Recuperado de <ftp://soc.cornell.edu/csi/Networks/kandel%201978%20ajs.pdf>
- Kapi, A., Veltsista, A., Kavadias, G., Lekea, V., & Bakoula, C. (2007). Social determinants of self reported emotional and behavioral problems in Greek adolescents. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 42, 594-598.
- Keiley, M. K., Bates, J. E., Dodge, K. A., & Pettit, G. S. (2000). A cross-domain growth analysis: Externalizing and internalizing behaviors during 8 years of childhood. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 28 (2), 161-179. doi: 10.1023/A:1005122814723
- Kury, H., & Woessner, G. (2002). A família e os comportamentos desviantes dos jovens. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Anti-Social e Família* (pp.181-212). Coimbra: Almedina.
- Laird, R.D., Jordan, K.Y., Dodge, K.A., Petit, G.S., & Bates, J.E. (2001). Peer rejection in childhood, involvement with antisocial peers in early adolescence, and the development of externalizing behavior problems. *Development and Psychopathology*, 13 (2), 337-354. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2757259/pdf/nihms148081.pdf>
- Larson, R. (2000). Towards a psychology of positive youth development. *American Psychologist*, 55 (1), 170-183. doi: 10.1037/0003-066X.55.1.170
- Lerner, J. V., Phelps, E., Forman, Y., & Bowers, E. P. (2009). Positive youth development. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds.), *Handbook of adolescent psychology* (3^a ed., pp. 524-558). Hoboken: Wiley.

- Lochman, J. E., Whidby, J. M. & FitzGerald, D. P. (2000). Cognitive-behavioral assessment and treatment with aggressive children. In P. C. Kendall (Ed.), *Child and adolescent therapy: cognitive-behavioral procedures* (pp. 31-87). New York: Guilford.
- Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (1998). Development of juvenile aggression and violence: Some common misconceptions and controversies. *American Psychologist*, *53* (2), 242-259. doi:10.1037/0003-066X.53.2.242
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2007). *Manual da escala de crenças sobre punição física (E.C.P.F.) e do inventário de práticas educativas parentais (I.P.E.)*. Braga: Psiquilibrios.
- Miller-Johnson S, Coie J.D., Maumary-Gremaud A., Bierman, K. (2002). Peer rejection and aggression and early starter models of conduct disorder. *J Abnorm Child Psychol.*, *30* (3), 217–230. Recuperado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2774087/pdf/nihms147869.pdf>
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, *56* (2), 289-302. Recuperado de http://pages.uoregon.edu/cfc/classes/CPSY_642/Readings/Class%205/P%20Minuchin,%201985.pdf
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (2004). *Family Therapy Techniques*. Cambridge: Harvard University Press.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life course persistent anti social behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, *100* (4), 674-701.
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Dickson, N., Silva, P., & Stanton, W. (1996). Childhood-onset versus adolescent-onset antisocial conduct problems in males: Natural history from ages 3 to 18 years. *Development and Psychopathology*, *8*, 399–424. doi: 10.1017/S0954579400007161
- Nagin, D., & Tremblay, R. E. (1999). Trajectories of boys' physical aggression, opposition, and hyperactivity on the path to physically violent and nonviolent juvenile delinquency. *Child Development*, *70* (5), 1181–1196. Retirado de http://www.gripinfo.ca/grip/public/www/doc/articles/Nagin_1999_id_199.pdf
- Nishikawa, S., Sundbom, E., y Hägglöf, B. (2010). Influence of perceived parental rearing on adolescent self-concept and internalizing and externalizing problems in Japan. *Journal of Child and Family Studies*, *19* (1), 57-66. doi: 10.1007/s10826-009-9281-y
- O' Connor, T. G., Dunn, J. (2001). Family settings and children's adjustment: Differential adjustment within and across families. *British Journal of Psychiatry*, *179*, 110-115.
- Olson, S. L., Bates, J. E., Sandy, J. M., & Lanthier, R. (2000). Early Developmental Precursors of Externalizing Behaviour in Middle Childhood and Adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *28* (2), 119-133. doi: 10.1023/A:1005166629744
- Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C., & Hutz, C. (2005). Estabilidade do Comportamento Anti-social na Transição da Infância para a Adolescência: Uma Perspectiva Desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *18* (1), 55-61.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2001). *O mundo da criança* (8ª ed.). Lisboa: McGraw Hill.

- Parke, M. (2003). Are married parents really better for children? What research says about the effects of family structure on child well-being. *Couples and Marriage Research and Policy Brief*, (3), 1-11. Recuperado de http://www.clasp.org/publications/Marriage_Brief3.pdf
- Patterson, G. R., DeGarmo, D. S. & Knutson, N. (2000). Hyperactive and antisocial behaviors: Comorbid or two points in the same process? *Development and Psychopathology*, 12(1), 91-106. doi: 10.1017/S0954579400001061
- Patterson, G.R., Dishion, T.J., & Yoerger, K. (2000). Adolescent growth in new forms of problem behavior: Macro- and micro-peer dynamics. *Prevention Science*, 1 (1), 3-13.
- Peres, A. & Gonçalves, R. (2006). Do Risco à Delinquência – Estudo Exploratório. *Infância e Juventude*, 6 (2), 115-133.
- Phares, V., Fields, S., y Kamboukos, D. (2009) Fathers' and mothers' involvement with their adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 18 (1), 1-9. doi: 10.1007/s10826-008-9200-7
- Pires, C. (2003). *Manual de Psicopatologia - Uma abordagem Biopsicosocial*. Leiria: Editorial Diferença.
- Prevatt, F.F. (2003). The contribution of parenting practices in a risk and resiliency model of children's adjustment. *British Journal of Developmental Psychology*, 21 (4), 469-480. doi: 10.1348/026151003322535174
- Rief, W., Hessel, A., & Braehler, E. (2001). Somatization symptoms and hypochondriacal features in the general population. *Psychosomatic Medicine*, 63, 595-602. Recuperado de <http://www.psychosomaticmedicine.org/content/63/4/595.full.pdf+html>
- Santos, P. L. & Graminha, S. S. (2006). Problemas emocionais e comportamentais associados ao baixo rendimento académico. *Estudos de Psicologia*, 11 (1), 101-109. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v11n1/12.pdf>
- Soares, D. L., & Almeida, L. S. (2011). Percepção dos estilos educativos parentais: sua variação ao longo da adolescência. Trabalho apresentado em XI Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogía, In *Libro de Actas do XI Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogía*, (pp. 4071 – 4083).Corunha.
- Sprinthall, N. A., & Collins, W. A. (1994). *Psicologia do Adolescente - Uma abordagem de desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Steinberg, L. (1996). *Adolescence*. New York: McGraw-Hill.
- Steinberg, L. (2001). We know some things: parent-adolescent relationships in retrospect and prospect. *Journal of Research on Adolescence*, 11 (1), 1-19. doi: 10.1111/1532-7795.00001
- Storvoll, E. & Wischstrom, L. (2002). Do the risk factors associated with conduct problems in adolescents vary according to gender? *Journal of Adolescence*, 25 (2), 183-202.
- Strecht, P. (2008). *A minha escola não é esta: Dificuldades de aprendizagem e comportamento em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Street, J., Harris-Britt, A. & Walker-Barnes, C. (2009). Examining relationships between ethnic identity, family environment, and psychological outcomes for African American adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 18 (4), 412-420. doi: 10.1007/s10826-008-9245-7

- Sudbrack, M. F. O. (2001). Terapia familiar sistêmica. In S. D. Seibel & A. Toscano (Orgs.), *Dependência de drogas* (pp. 403-415). São Paulo: Atheneu.
- Tremblay, R. (2000). The development of aggressive behaviour during childhood: What have we learned in the past century? *International Journal of Behavioural Development*, 24 (2), 129-141. Recuperado de http://www.gripinfo.ca/grip/public/www/doc/articles/Tremblay_2000_id_210.pdf
- Urberg, K. A., Luo, Q., Pilgrim, C., & Degirmencioglu, S.M. (2003). A two-stage model of peer influence in adolescent substance use: Individual and relationship-specific differences in susceptibility to influence. *Addictive Behaviors*, 28 (7), 1243-1256. doi: 10.1016/S0306-4603(02)00256-3
- Veirmeiren, R. (2003). Psychopathology and delinquency in adolescents: A descriptive and developmental perspective. *Clinical Psychology Review*, 23 (2), 277-318. doi: 10.1016/S0272-7358(02)00227-1.
- Wallerstein, J.S., Lewis, J.M., & Blakeslee, S. (2000). *The Unexpected Legacy of Divorce*. New York: Hyperion.
- Wangby, M., Bergman, L. & Magnusson, D. (1999). Development of adjustment problems in girls: What syndromes emerge? *Child Development*, 70 (3), 678-699.
- Williams, P., Holmbeck, G. & Greenley, R. (2002). Adolescent Health Psychology. *Journal of Consulting and Medicine Psychology*, 70 (3), 828-842. doi: 10.1037//0022-006x.70.3.828
- Wood, B. (1985). Proximity and hierarchy: Orthogonal dimensions of family interconnectedness. *Family Process*, 24 (4), 497-507. doi: 10.1111/j.1545-5300.1985.00487.x
- Yu, Y., Shi, J. Huang, Y., & Wang, J. (2006). Relationship between Family Characteristics and Aggressive Behaviors of Children and Adolescents. *Journal of Huazhong University of Science and Technology*, 26 (3), 380-383.
- Zahn-Waxler, C., Klimes-Dougan, B., & Slattery, M. J. (2000). Internalizing problems of childhood and adolescence: Prospects, pitfalls, and progress in understanding the development of anxiety and depression. *Development and Psychopathology*, 12 (3), 443-466.